



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 28 de abril de 2015. _____

1

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que foi constatada a ausência do Edil Osmar da Silva. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Wilson Dille dos Santos fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 718/2015 – Lucas Moulais; 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732 e 733/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 734, 735, 740, 741, 742, 743, 744 e 745/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 736, 737, 739 e 752/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 738/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 746, 747, 748, 749, 750 e 751/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 753, 754 e 755/2015 – Delandi Pereira Macedo; 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767 e 768/2015 – José Carlos Amaral. **Requerimentos:** 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 512, 513, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538 e 539/2015 – Delandi Pereira Macedo; 500/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 501, 502 e 503/2015 – José Carlos Amaral; 504 e 505/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 506/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 507/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 508, 509, 510 e 511/2015 – Brás Zagotto; 514, 515, 540, 541 e 542/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. **Ofícios:** 268/2015 – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – Alzerina Maria Leal – Direção Colegiada; 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513 e 514/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 34129/2015 – Ministério da Educação; 34130/2015 – Câmara dos Deputados. **Projetos de Lei:** 79, 80 e 81/2015 – Poder Executivo. **Projetos de Decreto Legislativo:** 44, 45, 46 e 48/2015 – Delandi Pereira Macedo; 49/2015 – Osmar da Silva; 50 e 51/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 52, 53 e 68/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 54 e 69/2015 – José Carlos Amaral; 55, 62 e 63/2015 – Mesa Diretora;

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

56/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 57 e 58/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 59/2015 – Fabrício Ferreira Soares; 60 e 61/2015 – Brás Zagotto; 64 e 65/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 66 e 67/2015 – Carlos Renato Lino. **Pareceres do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:** 85 e 86/2014, proferido no processo TC – 5609/2010 referente à prestação de contas da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, exercício 2008 – Prefeito Roberto Valadão Almokdice. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Quero esclarecer um mal-entendido. Estou vendo aqui alguns companheiros que trabalham como camelôs em Cachoeiro e vou me dirigir a eles quanto ao projeto que está nesta Casa para regularizar esse tipo de trabalho no Município. Eu fui enfático com a categoria lá fora e também serei desta tribuna. O Vereador Rodrigo Enfermeiro não é contra a nenhum camelô desta cidade, e quero que isso fique claro. Algumas pessoas amigas me abordaram na Câmara, dizendo ter sido ventilado que eu seria contra os camelôs. Isso não é verdade, inclusive tenho amigos que trabalham como camelôs há anos em Cachoeiro. Eu não seria injusto nem louco de legislar nesta Casa contra amigos e trabalhadores, pois sei o quanto sofrem nessa atividade que exercem. Estamos aqui para defender a classe trabalhadora. Digo que o Código de Posturas, que está nesta Casa para ser votado, será importante para regularizar e organizar o Município, desde que não prejudique o trabalhador e as pessoas que lutam para sobreviver. Eu visito muito a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que cuida dessa matéria, e, amanhã, às 14:30 horas, terei uma reunião com o Secretário Cidinei para levar um companheiro de vocês, que me procurou desesperado, porque retiraram o seu ganha-pão, de uma hora para outra. Eu jamais vou legislar nesta Casa de Leis contra uma classe trabalhadora e sofridora, porque venho da base, de uma família assalariada e sei o que é ter que ralar para ganhar o pão de cada dia, vivendo com dificuldades. O comentário que chegou até vocês é uma calúnia de uma boca maldita, e peço-lhes que não acreditem nisso. O trabalho do meu gabinete é em favor do povo de Cachoeiro de Itapemirim. Jamais trabalharei aqui contra o povo cachoeirense. Fiquem tranquilos, porque sou parceiro de vocês. Se qualquer comentário nesse sentido a meu respeito chegar aos ouvidos de vocês, não acreditem. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — A fala de V. Ex.^a chega em bom momento. A maioria dos vereadores está sendo assediada não só por camelôs como também por lavadores de carros. Estamos recebendo uma culpabilidade, de forma atravessada, por parte de algumas pessoas que estão jogando a responsabilidade em cima do vereador. Durante anos, nós, vereadores, discutimos o Código de Posturas e, se fôssemos votar esse projeto do jeito que ele chegou à Câmara, nem lavador nem camelô nem ninguém teria condições de estar na rua trabalhando. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação vem minimizando essas questões e melhorando o texto do Código de Posturas para que ele não atrapalhe os lavadores e os camelôs. Nós queremos dar condições de trabalho para essas categorias. Então, é preciso prestar atenção de onde ou de quem estão vindo essas informações atravessadas, querendo prejudicar os vereadores. Na verdade, durante um ano e meio, todos os vereadores tiveram a oportunidade de trabalhar o Código de Posturas, e o que fizemos foi para melhorar a qualidade de vida das pessoas, sem prejudicar ninguém. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Como já disse, para mim, esse Código de Posturas não

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

serve nem para sanitário, e eu e o Democratas votaremos contra esse projeto. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Quero me manifestar totalmente contrário à fala do Vereador José Carlos Amaral, porque ele teve a mesma oportunidade que nós tivemos. Nós nos reunimos por mais de um ano com o setor de Fiscalização. Alguns vereadores se dedicaram a construir esse Código de Posturas, estruturado no Código anterior. Não se pode usar a tribuna para fazer graça com ninguém, dizendo que o Código de Posturas deve ser jogado no lixo. Isso não é verdade! / **José Carlos Amaral:** — Vereador Wilson Dilem, ninguém está fazendo gracinha aqui, não! Respeite-me, por favor! Eu não vendo a cabeça do diabo para a prefeitura, não. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Vereador, V. Ex.^a não participou de nenhuma reunião, e o senhor está agredindo os edis que participaram delas. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Vereador Amaral, o colega Rodrigo está com a palavra. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Concordo com a fala do Vereador Wilson. Repito que o Código de Posturas é importante para Cachoeiro, porque o nosso Município cresceu de forma desorganizada, e é por isso que estamos nesse ponto hoje. Se o nosso Município crescesse organizadamente, não precisaríamos estar aqui debatendo o Código de Posturas. Então, o objetivo do projeto é melhorar a situação e a condição de trabalho de vocês. Não acredito que o Código de Posturas seja uma merda, pois vai melhorar as condições de trabalho de vocês. Sou contra a retirá-los de qualquer jeito da rua. Não se pode fazer isso. O Município deve encontrar um caminho para trabalhar o Código de Posturas e, ao mesmo tempo, dar condições de trabalho para vocês, que dependem desse tipo de comércio. O Município deve dar a contrapartida. Vamos aprovar o Código de Posturas, mas já o adequando e, assim, dando condições para que esses trabalhadores não saiam da rua. Faço coro com as palavras do Vereador Wilson, pois o Código de Posturas é importante, e quero que vocês o conheçam e acompanhem o trabalho da Câmara. Precisamos debater mais essa matéria, que não pode ser aprovada como está, por mais que os Vereadores David e Wilson e a comissão tenham se dedicado a melhorá-la. / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Este é o horário do Pequeno Expediente, e não é o momento para essa discussão. Se continuarem falando sobre isso, ficaremos aqui até a meia-noite. Portanto, vamos discutir esse tema no momento adequado. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Quero deixar claro que o Código de Posturas é importante e que ninguém é perfeito. Os vereadores que participaram da comissão não são perfeitos. Esta Casa precisa trabalhar para tentar ajustar esse Código. Repito que o Vereador Rodrigo Enfermeiro está, esteve e sempre estará junto com a classe trabalhadora. Estamos legislando para o bem do povo de Cachoeiro de Itapemirim. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Discordo da fala do Vereador Amaral, porque o Código de Posturas não é uma caixa de maldades, e sim trata da organização do espaço público da cidade. Se o Código de Posturas não serve, é preciso que os vereadores façam as emendas. Várias pessoas participaram das reuniões para estudar o Código de Posturas, entre elas engenheiros, arquitetos, empresários camelôs e taxistas. O projeto que saiu desta Casa, Vereador Amaral, não voltou da mesma forma, mas, aí, cabe aos vereadores fazerem as emendas. Não posso jogar o Código pela janela e dizer que ele não vale nada. Precisamos votar o novo Código de Posturas, pois o que está em vigor é de 1967 e não fala nada de modernidade com relação, por exemplo, a animais andando pelas ruas. Não

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

podemos jogar o projeto fora. Se deixarmos o espaço público sem uma lei, quem mandará será o mais forte, e o mais fraco vai sempre perder; então, é preciso disciplinar para dar direito aos fortes e também aos mais fracos, como os camelôs e os taxistas. O espaço público pertence a todos os cidadãos. Se o cara tem uma banca de jornal no meio da calçada, atrapalhando as pessoas a passarem, não posso concordar com isso, porque o passeio público existe para eu passar. Não posso permitir uma banca ocupando toda a calçada! Eu não tenho compromisso com o dono da banca de jornal, e sim com o povo. O novo Código de Posturas não é ruim, e sim bom, mas há algumas coisas para acertar. Não podemos jogá-lo fora, não, pois ele foi feito às custas do trabalho de muita gente, inclusive de nível superior. É preciso ler para entender o projeto. O Código de Posturas, por exemplo, não diz em lugar nenhum que o camelô é proibido de trabalhar, que não pode haver taxista nem banca de jornal; agora, tudo deve ser feito de forma disciplinada. Se não for assim, voltaremos à época da barbárie e do velho oeste, ganhando aquele que é mais forte. Isso não pode ocorrer em uma cidade, pois ela deve ser organizada. Eu sou cidadão de Cachoeiro, tenho setenta anos de idade e não estou falando bobagem. É fácil dizer que o projeto não está como deveria; então, como ele deve ser? Vamos acertar para ver como é. Quero que haja respeito para com o trabalho realizado, porque não foi brincadeira, não. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Quero dizer que o Pastor Oséias participou de todas as reuniões onde foi debatido o projeto do novo Código de Posturas, e eu estive aqui também, fiz uma solicitação ao advogado, mas a mesma não está constando do projeto. A matéria tinha trezentos e oitenta artigos e caiu para duzentos e quarenta. Quando mais da metade não presta, acabou e vale a maioria; portanto, não será o Vereador Amaral, amanhã ou depois, o culpado pela desgraça de Cachoeiro. Foi o mesmo ocorrido na época em que esta Casa aprovou o fim da isenção do IPTU que beneficiava as pessoas carentes. Até hoje, as pessoas xingam os colegas vereadores, mas não a mim, porque votei contra. Eu também votarei contra o projeto do Código de Posturas. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Senhores, quando o Presidente Júlio chegar ao plenário, falarei com ele para que seja observado o Regimento Interno e já comunico aos vereadores que todas as vezes em que eu estiver presidindo a sessão só será discutido no Pequeno Expediente o que foi lido no Expediente da Mesa. Peço que haja mais respeito entre os vereadores. / **José Carlos Amaral:** — Quero dizer para V. Ex.^a que a lei é para ser cumprida, mas os senhores não a cumprem. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Vereador Amaral, é por isso que estou falando. Se não cumpriram no passado, comigo vai ser cumprida. Todas as vezes em que eu estiver presidindo a sessão, só poderá ser falado no Pequeno Expediente sobre o que foi lido no Expediente da Mesa. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Quero dizer que este é um local de debate de ideias, o que, às vezes, ocorre com mais calma e outras não. Conforme disse o Presidente em exercício, Vereador Carlos Renato Lino, o espaço do Pequeno Expediente é para discutir o foi lido pelo secretário. Assim, levantei uma questão de ordem para que voltássemos à legalidade. Ora, se começarmos a discutir aqui essa situação antes do momento correto, perderemos a oportunidade de mudar o que é necessário. Acredito que ninguém mais discutirá o que não cabe neste horário. Senhores, fiz cinco votos de pesar para familiares de amigos, moças e rapazes que faleceram esta semana em Cachoeiro. O

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

jovem Ricardo foi sepultado ontem e faleceu, porque colocaram fogo nele. É uma pena ocorrer em nosso Município esse tipo de agressão. A jovem Verônica enfartou aos vinte anos de idade. O jovem Jean também faleceu. Isso é muito triste, pois são todos jovens. Peço que Deus conforte suas famílias. Fiz uma indicação referente à praçinha de Córrego dos Monos que está abandonada, inclusive peço a intervenção do líder do prefeito para que a prefeitura cuide dela. É uma praça pequena, e o serviço vai ficar barato para a prefeitura. Quanto ao Código de Posturas, digo que apresentei emendas para tentar melhorá-lo. Podem ter certeza de que a discussão aqui será boa, e adianto aos camelôs que eles não estão sozinhos. Como já disse na semana passada, não posso acreditar que haja vereador contra vocês, porque isso é ser muito orelhudo, já que é o povo quem nos elege. Repito que não posso acreditar que os dezenove vereadores estejam contra vocês. Isso não é verdade. Às vezes, falamos certas coisas, mas são apenas comentários. De jeito nenhum falarei sobre outro vereador, pois, falando dele, farei propaganda para outro. Muito obrigado! / **David Alberto Lóss:** — Boa-tarde a todos! Toda vez que um projeto é lido aqui, automaticamente, os vereadores têm o direito de acesso ao mesmo, buscando cópia junto ao Marcão para que possam estudá-lo e, quando começar a discussão, terem base para falar. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação não precisa liberar cópia de projeto, visto que, depois de lido, o vereador tem direito a acesso integral para ver do que se trata. De repente, dependendo do assunto, como não somos obrigados a saber de tudo, o vereador pode querer consultar, por exemplo, um diretor de escola, um engenheiro, um médico, um assessor ou um advogado. O projeto do Código de Posturas está na Casa há muito tempo e ficou seis meses com o procurador. Apesar de a Agersa ter dez ou doze funcionários, precisa ter um plano de cargos e salários, e é disso que trata um dos projetos que estão na Casa. Inclusive, eu o li e achei interessante. Na Câmara, há um problema, já que o servidor daqui, de acordo com o plano, vai acumulando vantagens e pode chegar a ter 115%, 120% em cima do salário base, com a assiduidade, quinquênio e gratificação disso e daquilo. O plano de cargos e salários dos servidores da Agersa cria três níveis, colocando um limite. Um servidor que começa recebendo 3 mil e 500 reais/mês, maior nível de salário da Agersa, quando estiver com trinta anos de serviço, o salário dele não vai passar de 7 mil reais. Agora, nós, vereadores, vão estudar esse projeto junto com alguém que entenda do assunto para um dia o votarmos. Os funcionários da Agersa prepararam o projeto, e o prefeito concordou com o mesmo. Eu tive acesso a esse plano antes de ele vir para a Câmara e vi que não há nada de exagerado nem abusivo. Achei o plano até benfeito. Há uma frase que diz: “Na natureza nada se cria, tudo se copia”. Então, há muita coisa copiada naquele plano até de lei federal. É bom que os vereadores o conheçam, porque vamos decidir a vida dos poucos funcionários da Agersa. Esse plano não vai durar apenas uma semana, e sim pelo menos dez anos. Com relação ao que está sendo discutido aqui, digo que a lei é dinâmica, e a sociedade muda. O último Código de Posturas não fala, por exemplo, sobre outdoor nem empena cega, que é aquele painel enorme que há no prédio do Banco do Brasil, pois não existiam essas coisas em 1967. O Código falava, por exemplo, que não podia amarrar cavalo na praça. O novo Código de Posturas deve disciplinar a vida da cidade. Peço que os vereadores fiquem atentos a esses projetos que são importantes. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-tarde a todos! O Vereador Rodrigo

5

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

abordou uma questão, e quero dizer que fui procurado por alguns camelôs na semana passada. Esta semana, uma pessoa me disse que ia pedir a cópia da ata, porque ouviu dizer que o Vereador Rodrigo falou contra os camelôs. Eu disse a essa pessoa que o assunto foi discutido na Câmara, mas ninguém se posicionou contra eles; pelo contrário, ocorreram discussões no sentido de tentar achar uma solução para o caso. Na semana passada, abordei a questão da legalidade. Eu disse que o que o Município fez, do ponto de vista legal, está correto, mas devemos encontrar uma solução para cada caso, inclusive estive com o Secretário Cidinei para falar sobre esse assunto. Estou esclarecendo isso para que não transpareça para o colega Rodrigo que, eventualmente, eu tenha feito algum comentário com relação a ele ou a outros vereadores. O que dizemos aqui é público e, como disse o companheiro Luisinho, não farei propaganda para outro vereador, mas também não teria a falta de ética de falar mal ou comentar sobre algum colega aqui. Gostaria de ressaltar o trabalho que a comissão fez com relação ao Código de Posturas. Solicitei cópia das atas das reuniões da comissão e destaco que elas começaram a ser realizadas em 2013. Tenho em mãos a lista de frequência das várias reuniões feitas na Câmara, que eram semanais. Vi também, em matérias de jornais, a manifestação do juiz, Dr. Robson Louzada, falando sobre a falta de publicidade do instrumento. Foi realizada uma audiência pública em novembro de 2013, quando o Dr. Robson se manifestou; outra, convocada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em outubro de 2014. Dessa última audiência pública não há ata, inclusive estou fazendo uma pesquisa para ver o que a lei fala sobre ata de audiência pública. Quero destacar que fui muito bem atendido pelas assessorias dos Vereadores David e Wilson Dille, que me deram cópias de todos os documentos e dos CD's. Hoje, fiz um pedido de informação endereçado à Odebrecht Ambiental, com cópia para a Agersa, no qual peço as datas dos reajustes de tarifa de serviço de abastecimento de água dos últimos cinco anos, os percentuais, com que base foram feitos e a autorização legal. Também quero saber em quais datas ocorreram alterações no percentual de cobrança da tarifa de esgoto, que era de 60%, passou para 70% e, hoje, está em 80% do consumo de água. Eu já estou com o edital de licitação e todos os aditivos relacionados à Empresa Odebrecht Ambiental. O que me chamou a atenção para esse fato é que, se uma concessionária não age com transparência ou se equivoca em pequenas coisas, pode se equivocar também em coisas maiores. Há pouco tempo, disse aqui que a minha conta de água ficou retida, porque eu consumia vinte e cinco metros cúbicos e, em janeiro, o valor foi de oito metros cúbicos, variando 68% para baixo. Recebi um aviso de retenção que dizia: "Prezado cliente, a sua conta de água deste mês ficou retida para análise em nosso escritório, porque identificamos uma variação de consumo em relação a sua média. Esse procedimento é realizado para consumos registrados a maior ou a menor que a média". Não sei se por sorte ou azar, a minha conta de água deste mês veio cobrando trinta e nove metros cúbicos, sendo que a minha média é de vinte e três, havendo uma variação de 70% a mais. O aviso que recebi em janeiro dizia que, quando a conta varia para mais, também fica retida para análise, mas isso não ocorreu. Ontem, fui até a Odebrecht para buscar informações sobre o porquê de isso acontecer. A atendente disse que, em 2012, eu já havia tido um consumo de 39 metros cúbicos de água. Há duas inverdades nisso tudo. Uma é que, se o aviso diz que é média, não importa o que eu já tenha consumido. Eu disse à

6

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

atendente que já tive um consumo até de cem metros cúbicos, porque houve um vazamento na minha casa; então, quando variar para cima, a empresa nunca vai reter a minha conta para averiguação? A informação diz média, que é o que está previsto nos últimos seis meses. Assim, a empresa deveria praticar isso. Se a empresa engana o consumidor quanto a essa questão, também pode enganar em muito mais. Eu, como representante do povo, quero ter essas informações. Pelo que apurei, a conta de água é imprensa na hora, por uma máquina utilizada por um funcionário da empresa. Portanto, quando o funcionário mediu, e o valor da minha conta deu a menor, foi impreso o aviso; quando o valor deu a maior, foi imprensa a conta mesmo. Naturalmente, ele não dispõe de equipamento para consultar o meu histórico de consumo de três anos atrás para dizer que um dia, em 2012, tive o consumo de trinta e nove metros cúbicos de água e, por isso, não iria reter a conta para análise. Existe algo muito obscuro e sem transparência nisso, e vou apurar a fundo, até as últimas consequências, porque o povo não pode ser enganado. Não pode haver equívoco dessa natureza, porque é muito grave e custa caro para a população. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Eu disse aqui e continuo dizendo que o Código de Posturas enviado para a Câmara não serve nem para ser usado no banheiro, porque os vereadores terão que fazer mais de cinquenta emendas. Esse é um sinal de que o projeto está podre, ficando nas costas dos vereadores a responsabilidade de adequá-lo. Repito que o Pastor Oséias participou de todas as reuniões para tratar do Código de Posturas. Eu também estive aqui, e o Vereador David é testemunha disso, inclusive entreguei emendas. Conversei com o Marconi, e a informação que tive foi a de que o projeto tinha quase quatrocentos artigos, mas foi diminuído, porque iria ficar muito grande. Cadê as emendas que fiz na época? Elas não estão no projeto. Se a pessoa compra um carro zero quilômetro e, no dia seguinte, um mecânico tem que consertar, porque a metade do veículo não presta, como ficará? Isso não pode acontecer. Vereador David, respeito V. Ex.^a, mas lhe pergunto: quantas emendas o colega vai fazer? / **Aparteando David Alberto Lôss:** — Cerca de vinte. / **José Carlos Amaral:** — O Vereador Luisinho vai fazer dez emendas; o colega Jonas, trinta; eu, um monte delas; então, estou certo. Eu sempre digo que a Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim nem sanitário aceita, porque o papel é pequeno e grosso. A LOM tem cinquenta artigos que não valem nada. A nossa Constituição Federal também continua arcaica, mesmo com os deputados mexendo em vários artigos dela. / **Aparteando David Alberto Lôss:** — Vereador, a premissa está errada. / **José Carlos Amaral:** — Estou julgando o projeto que veio para cá, e não o que os vereadores estão fazendo. Se o Código de Posturas estivesse perene, bonitinho, de acordo com os anseios do povo, não precisaria de a Câmara fazer outro. Estou julgando o projeto da forma como ele chegou aqui, e não como ficará depois de pronto. Muitas coisas que foram discutidas com a sociedade aqui não constam do Código de Posturas, e, se constassem, o projeto estaria perfeito. Se o projeto estivesse dentro do conceito do que foi discutido nas reuniões das quais participaram os Vereadores David e Wilson, repito que estaria perfeito. Há inúmeros erros de português, de gramática, de impressão e nomes trocados na matéria. Estou dizendo a verdade. / **Aparteando David Alberto Lôss:** — Estamos acertando tudo. / **José Carlos Amaral:** — Esse projeto chegou podre nesta Casa, e os vereadores o estão consertando. Não concordo com esse tipo de coisa.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para mim, esse é um ato maldoso, colocando a Câmara para ser culpada. Já fizeram isso no passado. No dia da votação desse Código de Posturas, todos os vereadores vão pagar. Não vou carregar cangalha nas costas, não, pois já fiz isso por muitos anos nesta Casa de Leis. Já paguei por muitas coisas aqui sem dever. Agora, estou em final de carreira e não vou levar para o caixão a fama de ter sido o cara que fez a desgraça de Cachoeiro. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Se chegar na Câmara um projeto do Poder Executivo, e os vereadores o votarem do jeito que veio, não teremos feito o nosso papel e mereceremos críticas; agora, quando fazemos emendas aos projetos, estamos melhorando a matéria. A premissa do vereador é essa. / **José Carlos Amaral:** — Estou criticando o Código de Posturas que veio do Executivo. Eu ainda não vi o que foi feito depois de várias emendas apresentadas pelos vereadores. Estou falando da porcaria que chegou aqui. Há muitos projetos que recebem parecer contrário do jurídico desta Casa, dizendo que são inconstitucionais e estão errados, mas são votados. V. Ex.^a sabe do que estou falando. Os projetos recebem parecer contrário do jurídico e são encaminhados para a comissão, que os libera para serem votados. Isso ocorre, porque o parecer é feito na hora da sessão, quando deveria ser preparado no dia de reunião das comissões. Cerca de 90% dos projetos que são votados não estão na pauta do dia, mas os vereadores correm para fazer o parecer. Isso é ilegal. A lei diz que os projetos devem constar da pauta para serem apreciados. Não me digam que estão certos. Eu questiono essa situação, pois vejo coisas aqui que ainda farão com que a Câmara seja fechada para balanço. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! O debate de hoje está girando mais uma vez em torno do Código de Posturas. Eu, que também participei da comissão que preparou esse projeto, ao lado dos colegas Wilson e David, entendo o que o Vereador Amaral está querendo dizer. Sei que nem sempre podemos dar muita razão ao colega Amaral, mas há horas em que ele está certo, a exemplo de agora, pois de fato o projeto chegou para fazermos toda a chapada no texto, sendo que a culpa de qualquer coisa duvidosa nesse Código de Posturas recairá sobre os vereadores, e não sobre o Poder Executivo. Ora, isso ocorrerá, porque seremos nós os responsáveis por todas as alterações necessárias, e dirão que tornamos o Código de Posturas uma colcha de retalhos, o que é preocupante para esta Casa. Como bem disse o Vereador David, tudo o que tratamos aqui naquelas reuniões foi inserido no projeto, mas ele veio do Poder Executivo completamente alterado, e são essas alterações que nos obrigam a propor emendas. É claro que esta Casa e seus vereadores têm o direito discricionário de fazer emendas, mas, como certamente falará o companheiro Dille, é preciso valorizar o trabalho feito pela comissão, que atuou de forma lícita e aberta. Realmente, precisamos nos preocupar, porque as emendas, talvez, ultrapassem o limite do Código de Posturas. Não sei se o melhor caminho para solucionar isso seja devolver o projeto ao Poder Executivo ou, então, fazermos as emendas necessárias, assumindo os riscos que podem ocorrer. Há, por exemplo, a questão das pessoas que estão trabalhando na informalidade, como os lavadores de carro, pois, aprovando o Código de Posturas da forma como está, elas deixarão de ter liberdade de trabalho. Outro problema recorrente são os ambulantes, mas isso ainda não tem nada a ver com o Código. Eles estão enfrentando problemas, inclusive alguns perderam suas licenças. Isso, senhores, nada tem a ver com esse Código, que ainda não está sendo aplicado. Trata-se de uma concessão que lhes foi dada, a

8

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

qual está sendo tirada, repito, algo que não tem a ver com o debate do Código de Posturas. Infelizmente, um comprou de outro a concessão, que não é algo a ser vendido, a não ser que haja a autorização de quem a concedeu. Esse é um imbróglio a ser resolvido, e a melhor coisa a ser feita para ajustar essa questão dos trabalhadores ambulantes seria a prefeitura sentar com quem está com a concessão hoje e legalizar, mesmo que tenha sido feita de forma inadequada, passando-se um direito que não podia ser passado. Coloque um marco zero nessa história, legalizando o trabalho de cada um, pois desempregar essas pessoas agora representará um problema para o próprio Município. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — A prefeitura não tem ninguém para responder a esses meninos, e eles estão sofrendo com suas barracas lacradas. Eles disseram que algumas barracas estavam ilegais, mas essa situação já vem de nove anos. Por que não viram isso lá atrás? Esse moço chamado Jorge Gava não dá assunto para ninguém, é frio. Se o senhor pegar o que chamam de permissão, o que nem isso é, verá que não fizeram decreto, e sim um termo de responsabilidade, citando alguns nomes. Se procurarmos esses nomes no Diário Oficial, não localizaremos ninguém. Legalmente, nenhum deles tem direito; assim, uns alugam e outros trabalham no dia que querem, enquanto os que precisam trabalhar estão sendo abandonados na rua, humilhados, pisados. São pais de família, e não bandidos, mas a prefeitura pouco está se lixando ou se incomodando com essa situação, por entender que eles estão irregulares. Por que não legalizam a situação deles? Se têm que fazer licitação, que a façam, como exige a lei, para que eles tenham o direito de trabalhar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Tem que fazer licitação para todos, incluindo os que estão funcionando, o que será uma complexidade grande. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — No Shopping Popular é a mesma coisa, pois só mudaram o endereço e a cor da barraquinha. Em uns, a barraquinha é azul, enquanto que as do Shopping Popular são de lajota. Precisamos nos unir e dar a mão a essas pessoas, ajudando-as de forma legal e rápida, porque elas têm contas para pagar, mercadorias a serem quitadas. Que achem um local para aqueles que não têm onde trabalhar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Não sei se ainda dá tempo de protocolizarmos hoje um convite para que o secretário da pasta venha até aqui debater conosco uma solução para esse povo. Se estavam ilegais, como trabalharam até agora? Temos também locutores sem poder trabalhar na rua, pressionados pela fiscalização de que não devem atuar enquanto a situação não for legalizada. Tem que legalizar sim, mas é preciso dar um prazo para esse povo fazer isso, e não os impedir de ganhar seu pão de cada dia. Acho que organizar a cidade é necessário, e o prefeito está certo ao colocar regras para os ambulantes e locutores de rua. O lavador que não tem sua empresa precisa se organizar; contudo, há que se dar preferência a quem já está em atividade para que não venha a perder seu sustento, o que será muito prejudicial para as famílias. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Por que começar a punir os pequenos, se os grandes estão fazendo o que querem em Cachoeiro de Itapemirim? Eles constroem dentro do rio lá no Bairro Valão, fazem posto de gasolina contrariando a lei que estabelece a distância de duzentos metros um do outro, pedem para reformar e acabam fazendo um prédio novo, como aconteceu na Ilha da Luz, e um muro de igreja foi feito no meio da estrada, também no Bairro Valão. Tudo é permitido para os poderosos, enquanto o direito para os pequenos é lacrado. É isso o que não aceito, pois há um monte de obras ilegais sendo autorizadas,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

colocando-se alvará para reforma, enquanto dali para dentro vê-se tudo novo. Aqui em frente mesmo há um assim. / **Delandi Pereira Macedo:** — O Vereador Amaral disse uma verdade, inclusive eu denunciei aqui uma empresa que está fazendo um aterro em Gironda em uma área que é de proteção. Eu estive lá hoje, vendo se era verdade, e constatei que o negócio é feio. Estou com as fotos, as quais anexarei ao pedido que enviarei ao setor de meio ambiente, pois quero saber como foi que eles autorizaram a implantação da empresa naquela área de proteção permanente que está sendo aterrada. A informação que obtive, em Gironda, foi que a empresa disse ter sido interpelada pela Justiça, pagará mais ou menos 50 mil reais de multa e continuará com a obra. Quer dizer que o empresário tem dinheiro para pagar, mas isso virou Casa da Mãe Joana? Estou buscando essas informações e tenho fotos para mostrar aos senhores como está aquela situação. Muito obrigado! / **Elias de Souza:** — Boa-tarde a todos! Como disse o Vereador Luisinho, eu também não tocaria nesse assunto do Código de Posturas agora, porque não seria regimental neste Pequeno Expediente. Como o assunto dos ambulantes está dominando o tempo de debates neste horário, entrarei na discussão, dizendo que o novo Código de Posturas substituirá o outro, que tem meio século de existência e já havia caducado, passando da hora de ser modificado. Vereadores Dillem e Amaral, eu lhes digo que o projeto tem trezentos e cinquenta artigos, e devemos nos debruçar sobre ele para consertá-lo, conforme é nossa função. Nós não estamos aqui para legislar apenas para uma categoria, um determinado segmento, visto que o Código de Posturas é para todo cidadão cachoeirense. Não adianta vir a esta tribuna direcionar esse Código ao segmento dos ambulantes, que tem sim um papel importante na sociedade. Ninguém vai ficar desempregado, pois não há nada no Código de Posturas dizendo que eles vão ou não poder trabalhar, e devemos parar com essa história. O governo mandou para cá um projeto extenso, que, regimentalmente, deveria ter sido votado em até quarenta e cinco dias, mas está aqui há meses, sendo exaustivamente discutido, com audiências públicas, das quais participaram os Vereadores Dillem, David, Delandi, Jonas, Brás e Luisinho. Eu tiro o chapéu para esses colegas que estão empenhados em melhorar esse Código de Posturas. Apesar de ter vindo a uma audiência pública, não tive nenhuma participação que pudesse dizer que fiz exatamente o meu papel de legislador, ou seja, pegar o projeto, suprimir os artigos controversos, modificar os de difícil entendimento e, com a ajuda de um técnico qualificado, alterar o que for preciso, apresentando quantas emendas fossem necessárias. Essa é a função do vereador, do parlamentar. Fico feliz da vida, porque, pela primeira vez, vejo que a Câmara está tendo um cuidado muito grande com esse Código de Posturas. São trezentos e quarenta e cinco artigos, mexendo com todo e qualquer cidadão cachoeirense e também com aqueles que adentram nesta cidade, um total de mais de seiscentas mil pessoas da Região Sul do Espírito Santo. Isso, senhores, requer de nós cautela, cuidado. Vereador David, acredito que votaremos esse projeto hoje, conforme havíamos combinado. Não sei como está o trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, se há mais emendas para serem feitas, mas acredito que o governo já teve muita paciência, pois extrapolamos todos os prazos. Agora, se os vereadores entenderem que ainda há emendas a serem feitas, o governo aguardará. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Estou vendo aqui as listas de presença das reuniões, todas elas com muita gente, conforme está documentado; contudo, como caldo de galinha e

10

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

prudência não fazem mal a ninguém, ainda há vereador que pretende apresentar emenda, e o papel da Câmara é melhorar os projetos que vêm do Poder Executivo. Fui eu que levantei a questão de alterar essa lei, porque achava um absurdo a cidade ter um Código de Posturas de 1967. Isso não partiu do Prefeito Casteglione, e sim começou comigo. Nós estudamos tudo isso, mas ninguém é perfeito, e eu posso discordar do parecer do procurador, visto que o direito não é matemática. Às vezes, o procurador dá um parecer lá e, eu, enquanto advogado, tenho uma posição contrária. Errado e absurdo é a Câmara votar o projeto sem parecer, como ocorreu outro dia aqui. Assim, vamos fechar, dando tempo para os vereadores apresentarem as emendas, deixando a votação para a próxima terça-feira. Estou protelando, porque não é interesse de ninguém votar troço errado aqui, pois não podemos, como disse o Vereador Amaral, entrar para a história por termos votado um Código de Posturas que não vale nada. Como os nossos vereadores são capazes, o Código de Posturas, que chegou aqui ruim, conforme o colega disse, pode sair de fazer inveja aos outros setenta e sete Municípios do Espírito Santo. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Espero que ele não venha agradar a gregos e troianos do ramo de outdoors. Vou falar de reuniões fora da Câmara. A questão levantada sobre os camelôs nada têm a ver com esse Código de Posturas, já que isso só ocorrerá a partir da aprovação da lei. Até então, estão usando o Código de Posturas antigo, assim como a intolerância. Esse Código de Posturas só dirá algo para eles depois de aprovado; por enquanto, o projeto não foi aprovado nem sancionado, e nada vale ainda. O que está valendo é o arbítrio do Código velho. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Quero apenas esclarecer que a presença dos camelôs aqui não está direcionada para a questão do Código de Posturas. O fato é que foram interditadas seis barracas sob o argumento de que está previsto no termo de autorização. Eu procurei o Secretário Cidinei, pedindo que fossem reabertas essas barracas, ainda que quem esteja lá não seja o proprietário, até achar uma solução, mas até hoje isso não ocorreu. Assim, o pleito deles hoje diz respeito ao fechamento dessas barracas desde o dia quatorze ou quinze de abril, o que os impede de vender, e o Município não apresentou ainda uma solução, embora tenha agido dentro do que o próprio termo de autorização permitia. Como são pessoas que têm família, precisamos olhar o lado humanitário, paralelamente ao legal. V. Ex.^a, como líder do prefeito, poderia reforçar o pedido que fiz ao Secretário Cidinei para que seja autorizada a reabertura das barracas por sessenta ou noventa dias, até que se encontre uma solução. / **Elias de Souza:** — Eu concordo com V. Ex.^a. Estamos discutindo aqui o Código de Posturas e esse tema dos ambulantes, deixando a impressão de que votaríamos alguma coisa que atingiria diretamente a vida de todos eles, quando não é isso. O Código de Posturas é para duzentas mil pessoas e só começará a vigorar cento e vinte dias após a sua publicação no Diário Oficial. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Fiz uma emenda esticando esse prazo para cento e oitenta dias. / **Elias de Souza:** — Ótimo, V. Ex.^a pode colocá-lo para vigorar até para daqui a um ano ou dois. V. Ex.^a está legislando conforme determinam o Regimento Interno e a Lei Orgânica, e é isso o que queremos. Se tenho dúvida em qualquer projeto, devo apresentar emendas; agora, não posso questionar um projeto, se não o debato nem apresento emenda nenhuma. Com certeza, vou levar essa argumentação para mais uma semana que o Vereador David solicitou, protelando, no bom sentido, a votação sempre para a próxima

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

semana. Eu cheguei a propor ao Vereador David que, se necessário, o governo poderia retirar o projeto para reapresentá-lo, mas, devido ao trabalho realizado pela comissão e por tudo o que os colegas já fizeram, seria uma injustiça. Portanto, vamos atender à solicitação dos senhores, inclusive o governo tem sido extremamente democrático nesse aspecto. Espero que, na semana que vem, possamos votar o projeto com todas as emendas necessárias, trazendo grandes benefícios para o povo de Cachoeiro. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Quero lembrar que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação já deu o parecer, e juridicamente o projeto está perfeito, mas as emendas são outra questão, e pode haver a apresentação das do plenário. / **Elias de Souza:** — Muito obrigado! / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Vereador David, as emendas também vão ter que passar pela comissão. O parecer dado por V. Ex.^a foi ao projeto que veio podre do Poder Executivo. No seu parecer, não colocou que deveria ser devolvido? / **David Alberto Lóss:** — Eu pedi que as emendas me fossem entregues até sexta-feira, e isso não aconteceu. / Na sequência, passamos ao **Grande Expediente**, quando usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Boa-tarde a todos! Agora sim começa o debate, aliás, nem isso, porque o projeto ainda não foi colocado em discussão. Já deu para os ambulantes perceberem que não estão sozinhos, pois a questão é complexa, é difícil, mas chegaremos a um ponto. Quero agradecer ao Vereador Elias de Souza que, na semana passada, foi muito elegante quando questionei sobre o problema das vans. V. Ex.^a veio à tribuna e comentou sobre a falta de seguro dos veículos, mas a prefeitura deu outra informação, pelo visto descontraída. Assim, continuo pedindo que não deixemos os nossos veículos abandonados, porque é dinheiro público. O colega líder falou sobre seguro, sendo essa também uma informação que recebi, só que alguém da prefeitura disse ao jornal que os veículos estão funcionando normalmente, e, pior, para transportar funcionários. Ora, se são usados para transportar funcionários da saúde, deveriam fazer o mesmo com os da educação, de obras, onde em certas horas o transporte é feito em cima de caminhonete e caçamba de caminhão. Disseram, repito, que o carro é para transportar funcionários do setor de saúde, e, para falar sem ofender ninguém, eu preciso saber para que ele serve. / **Aparteando Elias de Souza:** — O que entendi é que essas duas vans, adquiridas através de recursos de convênios federais, vieram, especificamente, para serem usadas na Estratégia de Saúde da Família, levando equipes, formadas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar. Acredito que esses veículos não podem levar demais servidores da prefeitura. Suponho que seja essa a linha de raciocínio. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Então, os veículos não estão parados por falta de seguro? / **Aparteando Elias de Souza:** — Também. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Agora, existe um trabalho em que os PSF's agendam visitas à casa dos pacientes, uma vez por mês, de uma equipe, composta por médico e enfermeira, levada por carros da prefeitura. Pelo que V. Ex.^a está dizendo, esses carros deveriam transportar essas equipes para o atendimento domiciliar. Na semana passada, um motorista, do qual não sei o nome, foi até Córrego dos Monos. É até engraçado, porque já sofri tanto nesta Câmara, que uma situação dessas nem me ofende mais. Em Córrego dos Monos, há uma casa muito bonita, que chama a atenção e pertence ao Odimar, conhecido por Crente. O motorista parou em frente a essa casa e perguntou se ela era minha. A enfermeira respondeu que não era e que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

eu morava em uma casa mais simples, no meio do mato. O motorista disse: “Esse vereador agora vai ser cassado mesmo”. Eu conversei com o secretário sobre essa situação. Esse motorista deveria cumprir a obrigação dele, que é levar a enfermeira até o distrito e voltar com a boca fechada. Ele deveria entrar mudo e sair calado, porque não sabe o que diz. Já não chega o sofrimento que tive aqui, e ainda fica cutucando o que não conhece e não sabe o que está dizendo. Esse motorista é um imbecil. Será difícil eu sair daqui agora. Já que os vereadores não me cassaram, quem vai me cassar? Não me cassaram, e o cara está insistindo que sairei daqui. É normal falarem das pessoas, pois isso é do ser humano. O pecado do homem é não saber onde colocar a língua. Observarei a situação dessas vans, e elas vão ter que rodar. Quero fazer um registro aqui para que, depois, as pessoas não digam que eu poderia ter procurado o secretário para conversar e que não seria necessário falar desta tribuna. Esta semana, Vereador Elias, líder do prefeito, liguei para a secretária de Educação para obter uma informação, mas ela não me atendeu. Tive que procurar outra pessoa para ter certeza sobre o que chegou até o meu conhecimento. Eu soube que o dinheiro do passe escolar dos alunos de Cachoeiro da rede estadual é repassado para a prefeitura, e é ela quem paga as empresas, sendo fornecido o cartão para os estudantes irem até as escolas. O meu sonho, durante toda a minha vida pública, foi que os alunos não pagassem passagem, tanto é que apresentei o projeto do passe livre, dando-lhes esse direito. O projeto virou uma lei que não é cumprida em Cachoeiro. Quem deve pagar é o Governo Estadual. O dinheiro é repassado pela superintendência à Secretaria Municipal de Educação. Estou falando, Vereador Elias, para que V. Ex.^a fique à vontade e novamente me traga a resposta. É uma pena a rádio não estar funcionando, porque o povo aguarda uma resposta para essa situação, já que há crianças deixando de ir à aula. / **Aparteando Elias de Souza:** — São alunos do ensino fundamental? / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Sim. A verba vem para a Secretaria Municipal de Educação, e essa repassa para as empresas, mediante licitação e contrato. Já estamos chegando ao quinto mês do ano, e nada de contrato. O rapaz não conseguiu dar aos meus questionamentos nenhuma resposta que me convencesse. Primeiro, ele disse que as empresas eram a Flecha Branca e a Costa Sul; aí, houve a união das empresas, e o CNPJ mudou, mas isso ocorreu no mês de março, sendo que os alunos já estavam matriculados. Por que não usaram o contrato velho para carregar os cartões dos alunos? Onde está a sobra desse dinheiro que não foi gasto? Isso é preocupante. Se o dinheiro não foi gasto, ele deve estar no caixa, já que me informei e sei que não pode ser devolvido. Se não pode ser devolvido, ele será gasto com o quê? Na educação. O rapaz disse que o dinheiro fica para pagar o passe do ano que vem, mas não pagaram nem o deste ano. No ano passado, sobrou também. Vou solicitar a prestação de contas, porque quero saber desse dinheiro, que é do povo. O Governo Estadual fez um projeto chamado “Provinha a mais” para que as crianças façam testes. Todos os alunos que moram fora da sede do Distrito de Córrego dos Monos perderam essa provinha, porque não havia ônibus para levá-los à escola. Então, fico preocupado, querendo saber onde está esse dinheiro e o que essa secretária está fazendo que não toma providência. Ela se acha a rainha da cocada, porque fica atrás da sua mesa e só atende a quem quer. Já me definiram como oposição, e estou gostando disso, porque não preciso medir palavras e falo o que me vem à cabeça. Quero saber sobre esse assunto e espero que me seja dada uma resposta desta

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

tribuna ou através de documento. Tomara que eu esteja errado. Espero que o povo receba o benefício do passe escolar. Quero me dirigir aos camelôs que estão sofrendo e repito que eles não estão sozinhos. Sei que a situação de vocês não é fácil. Estou fazendo a minha parte, conversei com o Sr. Evaldo e fiz algumas emendas ao Código de Posturas para tentar protegê-los. Vai resolver? Talvez, mas não tudo, embora vá ajudar bastante. Acho importante a discussão, mesmo que não concordemos com certas situações. A discussão deve ser inflamada para tentarmos errar menos. A responsabilidade desta Casa de Leis é muito grande. A Câmara precisa e deve fazer emendas a esse projeto. Nenhum dos vereadores quer fazer emenda para prejudicar ninguém, e sim para ajudar, mas podemos errar, já que somos humanos. Então, todos estão preocupados. Não acredito que nenhum vereador seja contra o povo, pois, se fosse, seria muito burro. Nós, vereadores, somos a favor dos camelôs, e as emendas serão para o bem deles. Gostaria que o projeto viesse 100% correto do Executivo, pois esse tipo de conversa seria evitada. Sei que o Código de Posturas foi bastante debatido e participei de algumas reuniões, mas não tinha conhecimento profundo da matéria e, agora, comecei a conhecê-la melhor. Por isso, peço ao Vereador David e ao presidente da Casa que deixem esse projeto para ser apreciado mais à frente, não hoje. O Vereador Jonas tem sido muito técnico, e é bom conversar com ele, pois se nota que tem interesse em acertar as coisas. Todos os vereadores estão tentando acertar o projeto, porque envolve pessoas, famílias. Precisamos ajudar a todos e tentar errar o mínimo possível. Não vamos conseguir acertar tudo, mas devemos fazer com que esse projeto seja colocado em prática para que a nossa cidade melhore, cresça e apareça, porque estamos ficando apagados dentro do Estado do Espírito Santo. Cachoeiro está ficando para trás e, em vez de crescer, está diminuindo. Cidades do interior, como Atílio Vivácqua e Presidente Kennedy, estão crescendo, e dizem que é porque há dinheiro lá, mas também, se não souberem administrar os recursos, a situação ficará complicada. Nós precisamos melhorar a nossa cidade e mudar o pensamento. Eu disse ao Vereador Jonas que tive o prazer ou o desprazer de conversar com o Jorge Gava, e parecia que ele iria resolver a situação. Exijo que atendam o povo, e não a mim. Ele fala manso, mas é como boi de tourada, pois mete o ferro nas costas. Prejudicam as pessoas, e não é o primeiro caso. Estou falando sobre os camelôs e também sobre o vendedor de churrasco do Bairro Aeroporto, que está no mesmo local público há vinte e três anos. Aquele churrasquinho tem alvará de funcionamento, mas tiraram-no do local e querem arrumar outro lugar para o rapaz trabalhar, já que o dono da padaria se acha proprietário do espaço. Esse homem não é o dono da área, mas não quer o churrasquinho funcionando lá. A padaria fica mais nos fundos. A pessoa que alugou a padaria, querendo abaixar o custo do aluguel, disse que ia sair de lá, porque o churrasquinho estava atrapalhando; isso, depois de vinte e três anos no mesmo lugar. Gente da prefeitura foi até o local, confirmou que é público e permitiu que o churrasquinho ficasse lá. Aí, o dono da padaria colocou areia e madeira no espaço, e quanto a isso a prefeitura não se mexeu. Alguns fiscais da prefeitura não se mexem, não saem do lugar, e, quando dá esse tipo de pepino, sobra para quem tem vontade e coragem de dizer a verdade. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Vereador, eu não conheço esse Jorge Gava, mas as vezes que ouvi falar dele foi mal. Pelo que sei, é alguém que se acha quase dono da cidade, devido à posição que ocupa como diretor da fiscalização, e ainda vem

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

fazer uma declaração como essa. Tecnicamente, aponte para o Secretário Cidinei que o termo cita um número, que é o 3; contudo, na hora em que foi feito o termo de interdição, referiram-se ao de compromisso, com o número 4. Então, à luz do direito, por esses erros, já é bastante discutível a validade disso. Ora, estou dando um documento que faz referência a um que não existe. Assim, repito, ele deveria procurar se aprimorar tecnicamente e fazer o seu papel como deve, em vez de se preocupar em ficar falando mal de vereador, que, como representante do povo, sempre olhará o que é justo para ambos os lados. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Tenho três mandatos, e os Vereadores Wilson, Amaral e Neném Cadável são até mais experientes do que eu aqui. Não ligo para o que ele fala de mim, pois foi dito que eu já estava cassado. Ele tinha que estar naquele local para dar atenção às pessoas, pois o povo paga imposto e precisa ser bem tratado. Vocês precisam ser bem tratados, e nós aqui somos seus funcionários, já que o nosso salário vem da população, assim como o desse chefe de fiscalização. Aquele rapaz era do tempo de Valadão, ficou, e não digo que ele seja ruim, mas poderia tratar as pessoas de uma forma melhor. Como o Vereador Amaral costumava dizer que com ele tem café no bule, comigo também tem e, se procurar, acha. Eu me preocupo, porque aquela secretaria tem um ótimo secretário, que é o Cidinei, uma pessoa muito educada, que deseja o bem da comunidade, inclusive, quando conversamos sobre esse assunto, ele tentou achar caminhos, pensando numa área onde os camelôs e os ambulantes pudessem ter a sua porta de trabalho tranquilos, fora da calçada e sem atrapalhar o passeio público. Em conversa com o Fadel, que é outro menino que trabalha na rua, lembrei-me do tempo em que o Brizola tirou os camelôs da rua, e todo mundo se chateou, achando que levaria prejuízo. Hoje, eles não querem sair do lugar para onde foram levados. Em Cachoeiro, outro exemplo disso é a Ceasa, que, antes, funcionava no Mercado da Pedra. Quando a central foi para o Bairro Valão, todos acharam ruim e fora de mão; agora, ninguém mais quer sair de lá, porque o local é adequado. Portanto, basta dar estrutura para eles trabalharem, pois são pais de famílias que estão abandonados na cidade. O prefeito não fala nada? Essas pessoas votaram nele, e até quem não votou acabou convergindo também, já que ele é quem ganhou e é o prefeito, o gerente deste Município, e o patrão dele somos nós, contribuintes. A prefeitura está virando as costas para eles, e é fácil fazer esse Código de Posturas, deixando em nossas mãos para o desembolarmos e acabarmos brigando um com o outro aqui. Sou do Democratas, e o Vereador Amaral é o meu líder, o qual quero acompanhar até um certo ponto, pois, a partir daí, temos algumas divergências. Mesmo assim, não deixarei o meu companheiro sozinho, já que nos piores momentos da minha vida ele esteve comigo. Quero as coisas dentro da paz e apresentei doze emendas para serem lidas pelo Vereador David, pois o meu objetivo é somar para que o Município tenha um Código de Posturas que favoreça a todos, inclusive àqueles que utilizam o passeio público. Outro dia, vi um cara vendendo mochilas no meio da rua como se fosse uma loja. Não achei ruim, porque sei que ele precisa trabalhar, mas, se tivesse uma lojinha, seria muito mais digno e bonito, e não estaria preocupado com o rapa. Rapa tudo e vai para quem? Farei um pedido de informação para saber onde estão as mercadorias apreendidas em Cachoeiro e com quem estão. Se estiverem no depósito municipal, quero ver; do contrário, também desejo saber na casa de quem está. Se essas mercadorias apreendidas não aparecerem, chamarei a polícia e mandarei prender o

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

responsável. Muito obrigado! / **Rodrigo Pereira Costa:** — Boa-tarde a todos! Quero mencionar uma reunião, da qual tive o privilégio de participar, na semana passada, sobre o Grupo Condutor, aquele que está tratando da política municipal de saúde mental. Fui convidado a participar dessa reunião lá na superintendência e tomei conhecimento da situação grave que pode ocorrer em Cachoeiro hoje, com a redução do número de leitos da Clínica Santa Isabel. Esteve presente lá a Neia, que é a Subsecretária de Desenvolvimento Social, e ela nos fez um relato muito preocupante, dando conta de que as famílias não estão tendo condições de cuidar desses pacientes que voltaram para suas residências. O resultado disso pode ser o aumento do número de mendigos em Cachoeiro, pois, sem condições de cuidar deles, a família os abandona. De acordo com relatos da Neia, a secretaria tem se esforçado o máximo para visitar essas residências em Burarama, no centro e no interior, mas ela relatou situações complicadíssimas. Esse Grupo Condutor é importante, eles estão se esforçando, mas há a dificuldade para implementar alguns serviços, inclusive um dos pontos levantados foi a remoção, que é feita pela Guarda Municipal, a qual não está amparada para pegar esses pacientes e encaminhá-los a uma clínica especializada. A Guarda Municipal precisa se respaldar, pois, se machucar um paciente ou mesmo ter que o algemar sem que seja bandido, pode chegar a ter que responder processo. Existe uma portaria, criada pelo Ministério Público ou pela Secretaria Municipal de Saúde, totalmente irregular, onde pede que vá um motorista da ambulância dirigindo, e não se refere a um técnico de enfermagem ou a um enfermeiro para fazer a contenção do paciente. Portanto, é tudo feito de forma irregular e errônea. Mesmo assim, esse grupo tem se esforçado para debater e buscar os melhores caminhos para a saúde mental em Cachoeiro. Eu me comprometi naquela reunião a ir atrás dos Deputados Ferraço, Rodrigo Coelho, Mansor e o Evair de Melo, que também é do Sul do Estado, e do nosso Senador Ricardo Ferraço, para ver se é possível conseguir recursos, com vistas a implementar uma política de saúde mental em nosso Município, diante da dificuldade financeira de se construir residências terapêuticas e promover capacitação dos profissionais para a remoção. A Guarda Municipal já está se respaldando, porque aumentou a demanda para pegar pacientes no interior e nos bairros e, como já disse, eles não têm amparo legal para fazer esse tipo de trabalho. A portaria baixada, não sei se pelo Dr. Cleto, diz que é preciso ter uma viatura junto, seja da PM ou da Guarda Municipal, mas não estabelece que eles é que devem fazer a contenção do paciente. Como só vai o motorista da ambulância e mais ninguém, isso acaba sendo feito pelo guarda, que coloca o paciente na ambulância, talvez, com a ajuda da família. Então, essa rede precisa de fato ser organizada e a reunião foi produtiva. A minha maior preocupação foi o histórico trazido pela Neia desse risco de aumentar o número de mendigos e andarilhos em Cachoeiro devido à dificuldade de as famílias cuidarem desses pacientes em casa. É preciso agir rápido e dar suporte a essas famílias. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Então, a política do governo é realmente reduzir ao máximo que puder a quantidade de internação na clínica de repouso. / **Rodrigo Pereira Costa:** — É acabar com as internações. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Está segregando. / **Rodrigo Pereira Costa:** — A tendência é essa, e esse Grupo Condutor deveria contar com a participação de outros Municípios. A Prefeitura de Muqui, por exemplo, já mandou um relatório, dizendo que não assumirá um dos pacientes que é de lá e está deixando

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

a bomba nas mãos desse grupo. Os secretários de outros Municípios precisam participar, porque só o de Cachoeiro não adiantará. Há pacientes de outros Municípios aqui precisando ir embora, e ninguém vem buscar. Conforme já disse, a Prefeitura de Muqui lavou as mãos e não demonstrou interesse, alegando não ter condições de cuidar desses pacientes. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Conversei com o Dr. Sebastião Venturi e com o psiquiatra Sérgio Bourbon e fiquei sabendo que dez ou doze famílias de Cachoeiro estavam dispostas a destinar 50% da aposentadoria do paciente à clínica, 25% a uma poupança do interno e os 25% restantes ficariam para os familiares; porém, como são pacientes do SUS, a clínica não pode receber o dinheiro. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Há ilegalidade nesse processo, e teria que ser buscado outro caminho para ver se conseguem usar esse benefício. A comissão tem participado desse Grupo Condutor para apresentar ideias e sugestões, até mesmo porque sou enfermeiro e, devido à minha formação, tenho capacidade para participar do debate. Acredito que vamos conseguir fortalecer essa política de saúde mental em Cachoeiro. Quanto aos camelôs, não quero citar nomes, mas digo ao Vereador Elias que recebi algumas denúncias, dando conta de que há desrespeito nas abordagens. Amanhã, estarei como Cidinei na secretaria, ele que é uma pessoa maravilhosa, humana, humilde e que faz um trabalho de excelência, e lhe falarei sobre essas abordagens mais agressivas do que as realizadas pela Polícia Militar para com os camelôs. A fiscalização tem que ser feita, mas com respeito e dignidade, sem humilhar as pessoas, que são trabalhadoras, e não bandidas. Peço que seja verificado como isso vem acontecendo, se é possível melhorar para que haja respeito para com esses trabalhadores. A reclamação é geral contra essa agressividade e desrespeito por parte da fiscalização. / **Aparteando Elias de Souza:** — Concordo com V. Ex.^a e digo que isso não é orientação do prefeito e muito menos do Secretário Cidinei. Lamentavelmente, alguns fiscais, profissionais de carreira da prefeitura, embora não possamos generalizar, agem assim até para denegrir a imagem do Poder Executivo e tratam esses trabalhadores com um pouco mais de rigor. Isso não ocorre só no setor de posturas, mas também no de obras e nas demais repartições onde há fiscais. O relato de V. Ex.^a faz sentido, e não tenha dúvidas de que levarei isso ao conhecimento do Secretário Cidinei, porque esses camaradas são trabalhadores e merecem respeito por parte da administração. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Infelizmente, por ser profissional de carreira, a pessoa acha que pode fazer o que quer e a hora que quer, mas não é assim, pois o serviço é público, é do povo. Ele não está ali para agredir e fazer o que quer, inclusive acho que os fiscais podem ser punidos dentro do estatuto ou de outra lei, onde haja uma norma para inibir essa conduta e educar esses profissionais. Se o senhor for conversar com o Cidinei hoje, amanhã reforçarei para que tome providência quanto a essa abordagem humilhante para com os camelôs, tratando-os como se fossem bandidos que trazem prejuízo à população, quando são trabalhadores, ajudam a gerar renda e contribuem para a economia de Cachoeiro. Eles merecem ser tratados com respeito e dignidade. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Saúdo os ambulantes que estão aqui e digo-lhes que a defesa da causa deles é de nossa responsabilidade também, sendo que serão feitos todos os encaminhamentos. O companheiro Rodrigo falou aqui sobre a fiscalização, e chegou em minhas mãos uma denúncia, que não sei se procede, mas vou replicar, lendo-a da maneira como está. Diz assim: “Acabo de receber de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um agente de trânsito da prefeitura uma informação sobre a operação de trânsito. Pessoal, agora é sério, o nosso instrutor é agente de trânsito e acabou de nos informar que, entre os dias 28/04 e 05/05, haverá uma operação padrão, e os agentes municipais estarão na rua multando todo o tipo de infração. Eles farão uma greve inversa. Em vez de não trabalhar, até os que estão de férias trabalharão com o intuito de multar para mexer no bolso da população e fazê-la se revoltar contra o governo. É sério. Quem estiver com IPVA atrasado etc. que fique atento. Estou repassando o que o sindicato decidiu e, para atingir o prefeito, será tolerância zero a partir de amanhã. Abraços”. Não vou dizer a fonte que me repassou isso, mas é algo que está rolando, via WhatsApp em alguns grupos, e acabou chegando às minhas mãos. Não sei se há veracidade, mas é fato que alguns acabam realmente estragando a corporação. Se é verdade, não sei, mas não seria de admirar se uma meia dúzia como essa estivesse planejando fazer exatamente isso, não sei se agindo certo ou errado, mas com o intuito de prejudicar o prefeito, atingido, conseqüentemente, a população, que pagará por tal ação. O líder do prefeito deveria acompanhar isso mais de perto e verificar se é verdade para que a população não venha sofrer com esse tipo de ação, cujo resultado seria dramático. Acho que a Guarda Municipal deve estar nas ruas para fazer o seu papel, mas não de maneira vingativa para prejudicar A, B ou C. Por mais que eles não estejam satisfeitos com a forma que o governo os tem tratado, não devem utilizar essa arma, que fará com que também a população se revolte. Trata-se de um procedimento inadequado, e não podemos aceitar que isso aconteça. Assim, espero que seja apenas uma falácia. Senhores, eu já falei sobre isso no Pequeno Expediente, mas gostaria apenas de reforçar o pedido de informação à Secretaria de Meio Ambiente quanto à licença ambiental dada à Empresa Polita. Estive no local, tirei fotos e vi que ela está com a licença prévia de instalação e já se instalou em Gironda. O interessante foi que verifiquei que a licença não é para aterro, e sim para pátio de estocagem de armazém, depósito exclusivo de produtos extrativos de origem mineral em bruto. A licença é para depósito, e não para aterramento. Ele precisaria ter uma licença para aterro, e fiz questão de tirar a foto, mostrando uma cacimba que a população de lá usou muitas vezes. O tabual é a prova de que realmente é uma área de preservação permanente. O aterro, pelo que os senhores podem ver, já está encostando na nascente, o que demonstra ser uma agressão ao meio ambiente. Não estou aqui fazendo um julgamento, dizendo que a Secretaria de Meio Ambiente está errada, o que quero é que ela me informe se há licença, autorizando a empresa a fazer aquele aterro. Se ela está aterrando, qual foi o procedimento adotado pela secretaria, diante da empresa ter ultrapassado o limite imposto? O que foi feito pela fiscalização quanto a esse procedimento? / **Aparteando Elias de Souza:** — Vou procurar saber e espero responder V. Ex.^a ainda no expediente de hoje. Honestamente, digo-lhe que não tenho conhecimento dessa empresa. V. Ex.^a tem conhecimento de há quanto tempo ela está instalada em Itaoca? / **Delandi Pereira Macedo:** — Não é em Itaoca, e sim em Gironda. / **Aparteando Elias de Souza:** — Perdão. A empresa é antiga lá? / **Delandi Pereira Macedo:** — O local não tem empresa, é um terreno, um tabual na entrada de Gironda, e a Polita mesmo funciona no trevo de Santa Rosa. / **Aparteando Brás Zagotto:** — O proprietário chama-se Júlio Guidi. / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu não tenho esse conhecimento. Preciso fazer esse encaminhamento para ter uma resposta a dar à população de

18

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19

Gironda, que está revoltada, porque conhece aquela nascente. Quando a população precisa fazer algo em área de preservação permanente não consegue e, de repente, na frente de seus olhos, a empresa faz um aterro naquele local. / **Aparteando Lucas Moulais:** — V. Ex.^a disse que lá é um tabual, e eu digo que era um tabual, pois mais de 80% dele já foram aterrados. Essa questão ambiental é algo que olho com muito carinho e respeito, inclusive estive na tribuna, na semana passada, falando sobre aquele terreno da Casa de Shows Coração Sertanejo. Foi uma injustiça terrível o que fizeram com aquele proprietário, pois, em relação a isso que o senhor está dizendo, um é galo; outro, pinto. Nesse caso aí, é uma agressão à natureza, e, no do rapaz, quando foi fazer a sua defesa, levaram-no na saliva, mandando-o na última instância, e o processo já está na Fazenda, com multa aplicada no valor de 6 mil reais. Qualquer cidadão do Brasil e do mundo, se for lá, comprovará que o rapaz não agrediu a natureza, inclusive ele quis fazer uma notificação ao órgão público pelo esgoto que fez lá, e a Odebrecht vai canalizar. Eu me senti até culpado e lhe pedi uma tolerância de uns oito meses. Ora, em vez de notificar o órgão público, ele é que foi notificado. V. Ex.^a já foi até secretário de Meio Ambiente, e aprecio a sua conduta, ressaltando que, nesse caso, até podemos perder votos, mas não a moral. Fiquei muito triste com esse caso e, como ando por Gironda, posso dizer que há várias nascentes lá que o povo e muitos empresários estão agredindo. Eu não sei de onde estão conseguindo a liberação, de qual secretaria, é o mesmo que está acontecendo perto da BR, na Avenida Gumerindo Moura. Tenho dúvida se lá é de nível estadual ou municipal. / **Aparteando Brás Zagotto:** — É do Governo do Estado. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Estão agredindo o meio ambiente lá também. Aí, quando vamos procurar o secretário, acabamos conversando com funcionários primários, que provocam um negócio desses. É preciso tomar providências, porque há mais aterros para fazer. Refiro-me àquele local em frente à Ricamar. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Já que V. Ex.^a está fiscalizando os aterros (...) / **Delandi Pereira Macedo:** — Eu não estou fiscalizando os aterros, e essa foi uma denúncia que chegou as minhas mãos. / **Aparteando Brás Zagotto:** — V. Ex.^a está fazendo o seu papel. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quem tem que fiscalizar os aterros são os fiscais. / **Aparteando Brás Zagotto:** — V. Ex.^a precisa ir até o Bairro São Geraldo, em frente à quadra, para ver o que estão fazendo naquele córrego. É um absurdo, inclusive será realizada amanhã, às 19:30 horas, uma reunião com representantes do Ministério Público, e o Pedro Mengali, que é o presidente da associação, convidou a todos para participarem. Estão agredindo àquele córrego, cuja nascente vem lá da Serra do Caramba. / **Delandi Pereira Macedo:** — Obrigado, vereador! Estou encaminhando uma indicação à prefeitura, solicitando que seja dada uma atenção à comunidade do Timbó, pois ela está enfrentando muita dificuldade quanto à iluminação pública. Há pontos muito escuros, e eu direciono esse pedido ao líder do prefeito, que é quem pode nos ajudar. Agora foi assinado o convênio com uma empresa para cuidar da iluminação pública de Cachoeiro, e poderiam fazer algo pela comunidade do Timbó, dando-lhe uma certa tranquilidade, pois rua escura é sinônimo de insegurança, medo e risco de que alguma coisa de ruim aconteça. A criminalidade e os nórias não estão só na cidade, eles já invadiram o interior, os distritos e todos os cantos, e a abordagem deles é feita onde há essa facilidade. Mais uma vez, quero solicitar ao Secretário de Saúde, o Fassarella, depois de já ter encaminhado a esse companheiro diversos pedidos e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

também ao departamento de Vigilância Sanitária, que o carro fumacê volte a passar na cidade, espantando um pouco desses pernalongos. Há a desculpa de que o carro fumacê só pode ser usado para distribuir o veneno contra o mosquito da dengue. Penso que esse carro já deve até ter se estragado, porque não temos surto de dengue em Cachoeiro há mais de dois anos, se bobear, três ou quatro. Dá dengue, mas não tantos casos que possam ser considerados um surto. Assim, esse carro está parado, sem uso. A desculpa deles não é verdadeira, porque o carro é de propriedade da prefeitura, e não do Estado. Sei que para usarem o veneno que combate o mosquito da dengue é necessária uma autorização do Estado, o que acontece só em caso de surto. Não há nada que impeça o Município de usar aquele carro para outros fins, que pode inclusive ser a distribuição do veneno para acabar com os pernalongos. Isso seria rápido e atenderia à população, como é o desejo de todos nós, políticos. O prefeito quer isso, e imagino que o Secretário Fassarella também esteja ansioso para fazer o melhor possível na sua secretaria, até porque será candidato à reeleição. Por que não fazer um negócio simples, como mudar uma peça que altere a função do carro, passando a espalhar o veneno, dando fim aos pernalongos? Agindo assim, a população ficaria feliz e satisfeita com ele. Por que não fazer um negócio tão simples?! Se não há surto da dengue, o carro fica parado quatro, seis, dez anos e estraga. Por que o secretário não utiliza esse carro para amenizar esse problema no Bairro Boa Vista, onde a população está praticamente sendo retirada de casa pelos pernalongos? A população ficaria feliz e sequer saberia que foi o Vereador Delandi que solicitou que o carro fumacê passasse, pois as nossas palavras não estão sendo transmitidas pela rádio. Seria a prefeitura presente lá, espantando os pernalongos. É uma dica que estou dando ao Secretário Fassarella para que ele pelo menos faça isso. Ex-vereador Josias, o Fassarella é do seu partido, e os votos dele vão ajudar a eleger o senhor, ou o contrário. Se ele quer fazer a questão política, que é importante, saiba que esse trabalho lhe dará votos. Será interessante também para o Vereador Jonas. Muito obrigado! / **Wilson Dilem dos Santos:** — Boa-tarde a todos! Talvez, não seja nem necessário falar sobre o Código de Posturas, porque entendo que quase tudo o que tinha que ser colocado, principalmente nas questões polêmicas, já foi aqui debatido. Somos todos amigos, e, como é assim, queremos o melhor um para o outro. Praticamente nos relacionamos como família fraterna, e ninguém quer o mal de ninguém. Pelo menos eu penso assim e conheço a cabeça de todos os vereadores. O que sai da boca dos vereadores é buscando o bem da sociedade cachoeirense. Há dois pontos que precisam ficar bem claros. Um deles é o que está acontecendo hoje com relação aos procedimentos realizados pela fiscalização do setor de Posturas no que diz respeito aos camelôs. Como já disse, acho que não é o momento desse procedimento ocorrer e é uma falta de respeito para com essa classe trabalhadora de Cachoeiro. Posso citar vários motivos para justificar o meu pensamento, mas o principal é que o Código de Posturas está tramitando na Câmara. Esse Código está sendo debatido amplamente e tem uma abrangência enorme com relação aos interesses das mais variadas classes sociais do Município, como camelôs, lavadores de carros e outros. Esse projeto será votado por esses dias. O Vereador Elias foi muito claro em seu posicionamento, e penso da mesma forma. É preciso fazer urgentemente uma reunião com o prefeito e o secretário de Desenvolvimento Social para pelo menos minimizar essas questões polêmicas e negativas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

para a administração municipal. Vereador Elias, V. Ex.^a foi muito feliz, porque, no setor de Posturas e em outros, os fiscais têm seus cargos garantidos através de concurso, mas existem também algumas tendências políticas. Devido a essas tendências políticas, os adversários A ou B podem agir com o intuito de denegrir a imagem da administração, o que não ocorre somente no governo do Prefeito Casteglione. O momento não é propício, porque o Código de Posturas está na Câmara para minimizar essas questões. Ao longo de um ano e meio, debatemos, em alto nível, com as mais diversas representatividades do nosso Município, artigo por artigo do Código de Posturas, inclusive temos todas as atas das reuniões realizadas, que contaram com a participação da maioria dos vereadores, apresentando sugestões. A comissão montada pelo Vereador David, composta por mim, pelo colega Delandi e outros, já ajustou em muito o projeto original do Código de Posturas. Somos humildes e queremos que todos os vereadores da Câmara tenham a oportunidade de debater artigo por artigo aqui no plenário. São dezenove cabeças pensantes, com nível intelectual bom e que têm muito para cooperar e ajudar na construção desse Código. Onde podem pairar dúvidas e houver alguém contra, vamos fazer emendas e discutir como estamos fazendo agora. Esse projeto tem trezentos e quarenta artigos e são mais de cem temas diferentes de interesse da sociedade, que já foram amplamente debatidos, nesse um ano e meio de trabalho. Chegamos a ter desgaste mental e emocional, porque não conseguimos atingir um consenso entre as propostas apresentadas por vereadores e pelo Executivo, encaminhadas para cá através de lideranças, sendo preciso prorrogar algumas reuniões para finalizar determinados assuntos. Gostaria que os senhores entendessem que o nosso desejo é ajudar e que queremos o melhor para o nosso povo. Os senhores estão cansados de me ver caminhando pelas ruas de Cachoeiro. Quero olhar com satisfação para aqueles que estão trabalhando, ganhando o seu pão de cada dia, assim como ganho o meu com a minha profissão. A honra não será somente para nós, vereadores, mas para todos os envolvidos no debate desse projeto. Queremos construir um Cachoeiro melhor por mais cinquenta anos, mas sem demagogia nem conversa fiada, e sim discutindo tecnicamente e dando oportunidade para cada um se manifestar. Os vereadores têm ajudado muito, e o Código de Posturas não está 100% fechado, mas acredito que isso vai ocorrer. Posso afirmar que cerca de 85% desse projeto estão juridicamente perfeitos. Digo que ainda temos a oportunidade de acertar os pontos que estão gerando polêmicas. Nós, vereadores, e a comissão estamos receptivos quanto a ouvir a todos, mesmo que o projeto já esteja sendo debatido nesta Casa. Lamentavelmente, não conseguiremos agradar a todos em 100%. / **Aparteando Brás Zagotto:** — V. Ex.^a disse que cerca de 85% do projeto estão corretos. Participei de várias reuniões da comissão, e foi discutido artigo por artigo do Código de Posturas, inclusive algumas vezes debatemos apenas dois, três deles. Então, acho que devemos fazer emendas aos artigos que são polêmicos. Para mim, de 70% a 90% dos artigos do projeto estão corretos. / **Wilson Dille dos Santos:** — Quais os temas polêmicos levantados aqui hoje? A questão dos camelôs e dos lavadores de carros. Esse projeto trata de inúmeros temas, como dos recursos administrativos, poder de polícia, alvará de autorização, alvará de permissão de uso, alvará de concessão de uso, localização e funcionamento dos bens públicos, de nomenclatura e numeração de logradouros, do uso e ocupação de área pública, do comércio ambulante, dos permissionários, dos mercados públicos e feiras, das

21

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

bancas de flores e plantas, das bancas de revistas, do comércio de alimentos, dos serviços de telecomunicação, energia elétrica e similares, das atividades de diversão, parques, cinemas, casas de show, dos cemitérios, crematórios e capelas mortuárias, das condições de higiene, da higienização das vias públicas, dos edifícios e habitações individuais e coletivas, dos terrenos e lotes, da obra de propriedade e sua interferência em logradouro público, de tapumes em vias públicas, dos barracões de obras, das caçambas, dos dispositivos de segurança, da carga e descarga de materiais de construção, da limpeza urbana, da coleta de lixo, da movimentação de terra e entulho, da ordem em segurança pública, do sossego público, das programações sonoras, dos animais em logradouros públicos, da ocupação dos passeios, dos estacionamentos, das atividades perigosas, dos estacionamentos comerciais, das agências bancárias, dos postos de combustíveis, das casas de entretenimento, dos anúncios publicitários, dos locais de instalação das indústrias, das condições de instalações, de licenciamento e de fiscalização, do cadastramento e de outros itens que pulei. Por isso, a matéria demandou um ano e meio de discussão. Se hoje estamos aqui polemizando a questão dos camelôs e lavadores de carros, significa que pelo menos 85% desse Código de Posturas estão muito bons, basta ver que ele já recebeu o parecer jurídico desta Casa de Leis, e, agora, vêm as emendas, que também tramitarão pelas comissões. Quero pedir desculpas ao Vereador Amaral, porque não entendi bem ou o colega se expressou mal, afirmando que o Código de Posturas deve ser jogado no lixo. Sei que não é assim que V. Ex.^a pensa. Peço desculpas, porque usei uma expressão que fugiu ao meu vocabulário normal, quando afirmei que V. Ex.^a “estava fazendo gracinha”. Eu retiro essa expressão, porque devemos respeitar os colegas vereadores e também o público presente. Registro a minha consideração e amizade por V. Ex.^a e também por sua família. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral**: — Boa-tarde a todos! Meu irmão Wilson Dillem, o que foi dito aqui é muito bonito. Disseram que vão salvar a vida de Pedro e de Paulo, mas lá dentro há os lobbys para favorecer determinados setores. Um exemplo disso é que não se pode construir posto de gasolina a quinhentos metros um do outro, mas isso ocorre. Há pessoas aqui “cornetando” no ouvido de vereador para votar os projetos, e, na semana que vem, citarei nomes aqui. É muito fácil falar em tópicos, mas quero ver o conteúdo. Se o projeto não tivesse erro, não seriam necessárias mais de oitenta emendas. O Código de Posturas que chegou a esta Casa estava errado. Hoje, estão falando sobre os camelôs, mas ninguém disse que esse Código servirá para a categoria só daqui a cento e oitenta dias. Faço um desafio aos vereadores da base aliada do governo para que preparem um documento, solicitando ao prefeito que dê uma carência de cento e oitenta dias para os camelôs trabalharem, até que o novo Código de Posturas entre em vigor. Faço esse desafio para ver se esta Casa tem prestígio com o prefeito. Eu e o Vereador Luisinho não temos, pois somos oposição; porém, há aqui dezessete vereadores da base aliada. Quero ver se esta Casa tem crédito com o prefeito, já que aprova tudo o que o Executivo precisa. Peço que um vereador da base aliada faça esse documento, solicitando cento e oitenta dias de carência para os camelôs trabalharem, até que o novo Código de Posturas passe a vigorar, e eles consigam organizar suas vidas. Estão discutindo o novo Código de Posturas, mas ele não tem nada a ver com a vida dos camelôs hoje. Está sendo criada polêmica em cima de um fato que não existe. Qual o problema em liberar dez camelôs para trabalharem? O que é isso para

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

uma Casa que aprova tudo? O Vereador Ratinho disse que o horário do Pequeno Expediente é para falar sobre projetos, e eu concordo com isso. Entretanto, a pauta do dia deve ser feita com a antecedência de setenta e duas horas com as matérias a serem votadas. Cadê isso? Esta Casa só vota com parecer dado em cima da hora, correndo na comissão e pegando o projeto. Há um monte de projetos que o jurídico diz que é inconstitucional e, mesmo assim, é votado. Para corrigir o vereador, é preciso dar o exemplo, cumprindo o que está na Lei Orgânica do Município, no Regimento Interno, na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Não estou vendo nada disso; então, como querem que eu ande no caminho certo, se dezoito vereadores, muitas vezes, deixam de andar? Só me resta andar na margem, pelo acostamento. O maior prazer que tenho na minha vida é chegar nesta Casa e ver que os cinco minutos do Pequeno Expediente e os dez minutos do Grande foram usados corretamente e que nada foi colocado em votação sem estar na pauta. Isso é regimental, é o que está na lei, mas, infelizmente, conforme estou mandando levantar, esta Casa aprovou um monte de projetos, mesmo com o jurídico tendo apontado que eram ilegais e inconstitucionais. Mandaram para a comissão, e foi aprovado. Há um projeto que está dando a maior polêmica do mundo, e eu nem sabia que ele havia sido votado em bloco. O Vereador David sabe do que estou falando. É preciso acabar com essa história de chegar aqui e dizer que o plenário é soberano, pois ele o é para calamidades e fatos de interesse público relevante. Não podemos ficar ouvindo o menino da prefeitura, que chega aqui a todo o momento, pedindo para que projetos sejam colocados em votação. Isso está legal? Não! Antes de mexer com os cinco minutos que usei, é preciso adequar todos os setores, do Pequeno Expediente à construção da pauta. Há dias em que nada consta da pauta, mas, no final, acabam sendo votados dez projetos. Senhores, sobre obras, conforme o querido Vereador Jonas disse, reafirmo que estou fazendo denúncias sérias ao Ministério Público. São autorizações dadas para obras de Pedro, mas não de Paulo, não para o pobre, e sim para os ricos. Eu já cadastrei tudo isso e estou entrando na Justiça, com vistas a interditar obras que não poderiam estar sendo feitas, porque ferem tudo, até a vergonha de Cachoeiro de Itapemirim, basta ir à Rua Bernardo Horta e ver quantos prédios velhos pediram licença para reforma, mas, por dentro, fizeram novos. Vão em cima da máfia dos galpões, que estão aterrando tudo em Cachoeiro de Itapemirim, tendo na mão licença prévia e outras coisas mais. O que está correndo nisso? Já enviei essas denúncias para o Ministério Público e estou de posse das assinaturas suficientes para abrir uma comissão de inquérito e apurar essas autorizações. Hoje, tenho vergonha de assistir à televisão e ver que em Burarama o posto médico está funcionando dentro da igreja; isso, depois de promessas e mais promessas. A vila olímpica está no meio do mato, mesmo com 1 milhão e 400 mil reais da Caixa Econômica. Indo para o Bairro Aeroporto, na Avenida Fioravante Cipriano, vemos a desgraça na entrada da Rua José Calegário, mesmo eu tendo avisado muitas vezes aqui que aquilo viraria um lago. Ontem, não dava para passar com o carro lá. Na praça, onde fizeram a drenagem, colocando um elefante para cruzar com uma cabrita, há aquela manilha que a água só passa depois que enche, alagando tudo, e estão parados lá cinco funcionários da prefeitura há dez dias, assim como uma máquina ornamenta a praça. Jogaram um poste no chão e, por falta de iluminação, estão acontecendo assaltos lá a todo o momento. Fizeram a drenagem do lado da Creche Padre Jefferson, e a água está passando por fora, e não por dentro. Mesmo

23

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

assim, não querem que este vereador fale. O Vereador Luisinho disse aqui que eu estava meio parado, mas não parei, não, estou pior do que o colega pensa. Nesta Casa, estamos privados até de a imprensa nos ouvir e publicar o que falamos, somos censurados, mas a minha assinatura nas denúncias ao Ministério Público dá trabalho. No meu escritório político, há duas pessoas permanentemente preparando essas denúncias. Eles vêm com um embate total contra a gente, e eu virei cobrador do Ministério Público, porque as mazelas são muitas, e não adianta ficar falando aqui. Junte-se a mim, Luisinho, e vamos falar menos aqui, porque na tribuna a nossa voz só é ouvida por meia dúzia de assessores, nem chega aos ouvidos do prefeito, visto que têm medo de ele saber que estamos dizendo a verdade. O jeito é ir para o Ministério Público Estadual e Federal. Não pagaram o empreiteiro daquela obra do Conjunto Rui Pinto Bandeira, mesmo com o dinheiro em caixa. Para a vila olímpica, parte do dinheiro veio, mas nada foi feito, e o rodeio já vai dar cadeia. Se não der cadeia, dará cesta básica; isso, se não resultar em improbidade, pois por muito menos há prefeitos por aí afastados. Lembrem-se que o prefeito de Presidente Kennedy foi afastado devido ao mesmo problema, ou seja, Impacto Máquinas e Robson Rodeios Companhia e Shows. Muito obrigado! / **Elias de Souza:** — Boa-tarde a todos! Fui bastante questionado pelo Vereador Delandi, primeiramente com relação ao movimento que os agentes de trânsito estariam preparando. Posso dizer ao companheiro que liguei para cinco agentes de trânsito, e eles disseram que nunca houve reunião nenhuma com esse objetivo nem há movimento algum nesse sentido. Segundo eles, essa é uma forma de denegrir a imagem dos agentes de trânsito, e eles reconhecem que seriam idiotas, caso fizessem qualquer movimento contrário à população. Isso ficaria pior para eles, que estão discutindo na Justiça um processo, no qual o Tribunal retirou uma gratificação que tinham. Já deixaram claro que essa informação não procede, inclusive será protocolado um documento nesta Casa para poderem vir aqui, na semana que vem, esclarecer isso desta tribuna, caso tal solicitação seja acatada pelo presidente. Reafirmo que não procede esse manifesto que está circulando pela rede social. O companheiro também falou a respeito de uma movimentação de terra que estaria acontecendo na Empresa Polita, localizada no trevo de Santa Rosa, e acabei de obter uma informação do subsecretário de que essa licença teria sido concedida por V. Ex.^a, quando ocupou a Secretaria de Meio Ambiente, em 2011. O subsecretário me disse que a licença foi renovada em 2014, obedecendo, portanto, todas as condicionantes. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — O que está aqui na foto é licença prévia da empresa, e não de movimentação de terra. Estou pedindo que me seja informado se há licença para movimentação de terra numa área de preservação ambiental, onde há uma nascente. A licença foi dada para instalação de um depósito, repito, e não para movimentação de terra. Quero saber qual o procedimento tomado pela secretaria em virtude dessa movimentação de terra, que está atingindo a nascente. Agora, se a licença foi emitida no período em que fui secretário de Meio Ambiente, não tenho conhecimento, mas que seja feita a verificação se a mesma foi dada para instalação da empresa ou para a movimentação de terra, que são coisas muito diferentes. A área é grande, e uma parte dela dá o distanciamento de trinta metros da nascente. Garanto a V. Ex.^a que não dei licença nenhuma para que fosse feita movimentação de terra naquela área de preservação permanente. / **Elias de Souza:** — A informação que recebi do subsecretário é que a licença

24

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

foi concedida por V. Ex.^a, em 2011, para que ocorresse a movimentação de terra. Acredito que a Secretaria de Meio Ambiente tinha, como tem, muitas atribuições e, como se passaram três, quatro anos, fica difícil de V. Ex.^a se recordar das licenças que autorizou naquele período. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Vamos verificar isso. / **Elias de Souza:** — V. Ex.^a tem todo o direito de ir até o governo, junto à Secretaria de Meio Ambiente, ver a documentação e, se houver irregularidade, que seja sim acionado o Ministério Público, pois o governo não é omissivo em relação a isso. Se a fiscalização não compareceu até lá, foi uma falha nossa, uma falha do governo diante de uma grande movimentação de terra que vem sendo realizada desde 2011 sem uma interdição. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Se é de 2011, eles não podiam estar mexendo terra hoje, porque o prazo da licença já venceu. / **Elias de Souza:** — O prazo foi renovado em 2014. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — No Bairro Aeroporto, há pessoas mexendo com isso também, pediram a renovação da licença, mas ela foi negada, e o proprietário, autuado. Houve um embargo nesse sentido para várias pessoas por conta de mudança na legislação quanto ao distanciamento e alinhamento. / **Elias de Souza:** — Acho que é o novo Código Florestal, feito em 2012. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Supondo que tenha sido dada uma licença irregular quando eu estava na Secretaria de Meio Ambiente, por que ela teria sido renovada agora? / **Elias de Souza:** — Tenho certeza de que o pedido de informação de V. Ex.^a será respondido e, havendo irregularidade, a questão deverá ser encaminhada ao Ministério Público. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A informação que tive é que a empresa já foi acionada pelo Ministério Público, e eu não fui convocado, o que quer dizer que não dei licença para que fosse aterrada uma área de preservação permanente. Eu tenho absoluta certeza disso. / **Elias de Souza:** — Quanto à iluminação de Timbó, não tive garantias, mas a orientação do Secretário Romário é de que já está dentro da programação da prefeitura. Então, embora não possa ser estipulado um prazo, a realização desse serviço lá e também em outros distritos já está programada. Há um problema sério de iluminação, pois, durante longos anos, não houve investimento nenhum, inclusive os companheiros dos distritos têm um conhecimento a respeito disso maior do que o meu e o do governo. Agora, com a regularização desse processo, o Município poderá atender não só à região de Timbó como também os demais distritos que enfrentam esse problema. Pelo jeito que o Vereador Luisinho cobra e defende os interesses da sua comunidade, saiba que, se houver problema desse tipo lá, a iluminação vai chegar na maior velocidade possível, que é a da luz. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Espero que seja à luz de neon, e não aquela de mercúrio. Córrego dos Monos está bem, inclusive eu já agradei na semana passada, porque é uma maravilha chegar à noite numa comunidade do interior e ver tudo claro, bem iluminado. Isso, porque, se na claridade já há assaltos, imaginem na escuridão. Deus fez o céu, a terra, o dia e a noite, o sol e a lua, mas nem sempre a noite tem lua. Meus parabéns ao Romário, que não está separando quem vai atender, e sim olhando o lado da população, o que é o mais importante. / **Elias de Souza:** — Muito obrigado! / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Boa-tarde a todos e a todas! A minha fala hoje é de reflexão, e todos os debates e discussões que ocorreram aqui foram salutares. É importante exaurir, esgotar o debate, um termo tão propositivo e fundamental, em algo diretivo para a cidade como é o Código de Posturas. No

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

último domingo, vi uma matéria no Programa Fantástico, que de fantástico não tem nada, mostrando que em uma Câmara Municipal gasta-se 86 mil reais por vereador. Parece que o caso é em Porto Velho, mas o companheiro está me informando que é em Boa Vista, Roraima. Confesso que só ouvi a chamada e não deu vontade de morar lá, não, e sim medo de que fosse uma Câmara do Espírito Santo. Isso, senhores, porque, quando se fala em vereador, eu me preocupo, já que sou um deles. Essa situação é vergonhosa, pois, quando passa uma matéria dessas, as pessoas não vão se lembrar que é um vereador de Roraima, e sim os daqui de Cachoeiro. Quando vejo segmentos da população vindo aqui por conta do Código de Posturas, acho que é salutar, porque veem que estamos debatendo algo que realmente vai movimentar ou não a cidade. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Ouvi muitas pessoas dizerem: “É uma quadrilha de vereadores!” Só não disseram de onde, ou seja, sobrou para todo mundo. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Justamente. Um amigo, que trabalhou conosco aqui na época do presidente David, hoje está em Anchieta e manifestou o medo de que àquela reportagem se referisse à Câmara de lá. Portanto, é salutar debatermos aqui a questão dos pernalongos, que estão atacando a população do Distrito de Pacotuba, trazermos à baila, ao centro do debate esse tipo de assunto. Como disse o Vereador Júlio nas homenagens de ontem, o nosso Município é o vice-campeão de pior arrecadação, já que o que arrecadamos é o equivalente a uma população de trinta mil habitantes, enquanto há aqui duzentos e dez mil. Os camelôs estão em situação difícil, porque já estavam em uma que não era das melhores, a exemplo dos ambulantes, inclusive o pai de um aluno meu estacionou o carro e começou a vender toda a sorte de mercadorias. Ele queria que eu desse um jeito, e o encaminhei ao setor de Posturas, mas não se pode dizer que o homem estava correto. Digo isso, porque, desde o momento em que começou a comercializar daquela maneira, se colocou em estado de contravenção. Não concordo, por exemplo, que o cara abra a barraca num dia, permaneça dois, três dias, e ninguém chegue a um consenso de que ele precisa sair de lá. Devemos lembrar das charges do nosso cachoeirense presente Ricardo Ferraz, que costuma dizer que não quer saber da problemática, e sim da solucionática, ou seja, o que vamos fazer para solucionar os problemas nos quais a nossa cidade está mergulhada. O Vereador Amaral reclamou aqui das condições da Avenida Fioravante Cipriano, e outras pessoas também me disseram que está quase que impraticável passar por aquela região. Há uma demanda reprimida, pois muitas coisas que deveriam ter sido feitas não foram, e eu não estou aqui com o dedo sujo, acusando A, B ou C, porque sei que algum motivo houve para que as outras gestões deixassem de fazer o que era essencial para o desenvolvimento da cidade. Não dá para condenar, mas também não podemos achar que num passe de mágica, abracadabra, pirlimpimpim, as coisas serão solucionadas. Vamos manter esse norte, essa direção, sempre buscando a melhor solução que podemos dar às questões. Sei que a nossa contribuição, às vezes, é pequena, mas a maneira que temos nos posicionado é a melhor possível. Na dúvida, eu me posiciono do lado mais fraco, porque, como diz o velho ditado, é para esse lado que a corda sempre arrebenta. Ora, a injustiça pode ser melhor compreendida quando estamos do lado mais fraco e podemos salvaguardar aquele que quase nada tem. Assim, esse Código de Posturas, que já foi debatido aqui uma centena de vezes, inclusive participei de poucas reuniões, mas a minha assessoria esteve presente na maioria delas, precisa ter uma discussão

26

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

esgotada, não se jogando às moscas nem menosprezando o trabalho que foi feito aqui há mais de um ano. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — A crítica nos ajuda a acertar, e toda essa problemática que gira em torno da Câmara Municipal, quando ela critica uma posição do governo, embora não possa ser classificada como pressão, é uma oportunidade de a administração analisar pontos de vista que ainda não tenha enxergado. No meu trabalho, inclusive como secretário de Meio Ambiente, sempre usei isso e, enquanto muitos reclamavam que o Ministério Público ficava em cima, cobrando dia e noite, essa postura me levava a refletir se aquilo que eu estava assinando não me traria problema, me causaria interpelações futuras. Essa autocrítica nos leva a refletir sobre o que vamos realizar, se estamos seguindo o melhor caminho ou não. Às vezes, pensamos que a Câmara pode pouco, não executa nem tem o poder da caneta, cabendo-lhe apenas congratular, indicar e fazer leis a serem sancionadas ou não pelo Executivo. Agora, se soubermos usar o poder do Legislativo, do vereador, será uma forma de somar positivamente para o próprio governo. Seria péssimo para o Prefeito Carlos Casteglione se ele tivesse aqui uma Câmara do “sim, senhor”, que levantasse a mão para tudo. A nossa postura é uma forma de fazer com que o prefeito e seu secretariado reflitam. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Penso que mais vale uma crítica verdadeira do que um elogio fantasioso. A crítica é necessária para que os rumos sejam corrigidos, e isso é saudável para qualquer administração municipal e Câmara. Se enquanto vereadores somos criticados, acolho a crítica para me superar. É preciso que o Poder Executivo nos ouça e que nós também possamos ouvi-lo, pois, assim, chegaremos a um denominador comum, ao que é melhor para a sociedade. O Vereador Delandi disse que, enquanto secretário, acolhia as críticas, e eu fiquei quatorze meses na secretaria, sendo que o Thiago Viana, que me sucedeu, esteve em uma reunião no Ministério Público junto com o Fassarella, e o promotor da Vara da Infância e outro me elogiaram, porque sempre que era acionado eu atendia as determinações daquele órgão. Nem me lembrava disso, porque essa é uma prática comum em mim em todos os campos da minha vida. Se um aluno, um eleitor ou seja lá quem for me interpela, tento me corrigir e atender da melhor forma possível. Estamos demorando votar o novo Código de Posturas, mas vai valer à pena, pois salvaguardaremos os direitos da população, dos trabalhadores e também os daqueles que ainda vão viver nesta cidade. A esposa do companheiro Luisinho, por exemplo, foi vítima desta cidade desordenada, pois se acidentou, torcendo o pé, e tudo isso perpassa por esse Código que vamos apreciar. Muito obrigado! / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Boa-tarde a todos! A questão do Código já foi muito explanada e, como foi dito pelo Vereador David, há o interesse de votar o projeto na próxima semana. Assim, quero adiantar que o artigo 3º desse Código de Posturas, em seu parágrafo 1º, diz: “A aplicabilidade das normas previstas neste Código estará em harmonia com o Plano Diretor Municipal, com o Código de Obras, o Código Sanitário, o Código de Meio Ambiente, o Código Tributário, o Código de Trânsito Brasileiro e legislações correlatas”. Quando esse projeto foi inicialmente elaborado, em 2013, passando pelas discussões, ainda não havia sido aprovado o Código de Transporte, o que só aconteceu em dezembro de 2014. É importante observar que, quanto ao escalonamento de multas e infrações, no Código de Posturas elas variam de leve, que é de 60 UFCI (886 reais e 15 centavos), à gravíssima, que é de 500 UFCI (7 mil 385 reais), enquanto no Código de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

28

Transportes, no artigo 19, parágrafo 4º, as multas aplicadas aos motoristas de taxi, vans e Viação Flecha Branca aparecem por grupo com cinco escalonamentos, e a inferior é de 10 UFCI (grupo 1), e a do grupo 5 é de 200 UFCI (2 mil 954 reais). As do grupo 2 são 30, a do grupo 3 são 50, em torno de 140 UFCI. Em termos de valores, começa em 147 reais, passando a 443 reais, 738 reais, 2 mil 67 reais, 2 mil 954 reais; portanto, parece que não há uma harmonia nesse artigo 3º do Código de Posturas. Isso significa que, quando uma empresa não dirige o veículo de forma contínua, dando partidas bruscas e freadas, alterando as condições de conforto e de segurança dos usuários, na primeira vez receberá uma advertência e, na segunda, a multa será de 10 UFCI, no valor de 147 reais. São várias outras obrigações que a empresa tem e, se descumpri-las uma vez, receberá uma advertência e, na segunda, uma multa no valor que acabei de citar, ao passo que o cidadão, perante o Código de Posturas, se cometer uma irregularidade, pagará 900 reais. Isso não me parece razoável nem justo. Ora, como uma empresa de grande porte é penalizada em 147 reais, 200 reais, enquanto o cidadão ou um pequeno comerciante começa em 900 reais, podendo chegar a 7 mil reais de multa? Assim, vou propor que essas infrações no Código de Posturas sigam o mesmo escalonamento do Código de Transportes, ou seja, a infração leve, em vez de 60, passará a ser 10, a média cairá de 80 para 30, a moderada, de 100 para 50, a grave, de 200 para 140, e a gravíssima, de 500 para 200. Dessa forma, seguiremos o que o próprio Código está recomendando, que é uma harmonia entre as legislações. Também faremos com que o cidadão e o pequeno comerciante se sintam prestigiados. Por que a grande empresa tem uma multa tão menor? Precisamos estar atentos a isso para evitar distorções e críticas. Reconheci, no Pequeno Expediente, que várias reuniões foram realizadas aqui, com a participação dos Vereadores David, Wilson e outros, o que foi louvável. Não estou criticando o trabalho de ninguém. Como disse o colega Wilson, muita coisa foi aprimorada, mas são vários artigos e leis, a cabeça cansa, e acabamos por focar em alguns pontos, deixando outros passarem despercebidos, sem contar que, quando houve aquela audiência, em outubro de 2014, o Código de Transporte não havia sido votado, não tendo, portanto, como fazer essa correlação. Agora é preciso fazer esse trabalho, porque não podemos cometer tal disparate referente às penalidades. Dessa forma, chamo a atenção dos senhores para esse ponto, porque farei as emendas, reduzindo os valores ou, então, um meio termo para que essa correção seja feita no Código de Transporte. É preciso haver um equilíbrio quanto a essas situações para as quais estou chamando a atenção. Como fez o Pastor Delandi, eu gostaria de dizer que recebi hoje a devolução de um projeto que regulamentava a medida administrativa de remoção de veículos, em caso de infração de trânsito por estacionamento irregular. O parecer da procuradoria da Casa, acompanhado pela Comissão de Constituição, foi no sentido de que a matéria era inconstitucional. O Regimento Interno me autoriza a recorrer, num prazo de cinco dias, ao plenário, e eu farei isso para que os senhores apreciem essa situação, já que ouvi vários outros juristas e advogados que entendem não haver essa inconstitucionalidade, visto que a competência foi delegada para esse aspecto tratado aqui. Vou apelar, usando o meu direito regimental. Senhores, embora já tenha sido tornado público pela imprensa, vou registrar que fomos procurados por pessoas para tratar da situação da APAE, que não é por falta de dinheiro, e sim devido à impossibilidade de utilizar a verba. É interessante destacar que a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29

APAE, em 2014, teve um resultado líquido de 505 mil 873 reais, conforme balanço publicado nos jornais. Em 2013, ela fechou com 5 mil 726 reais. Ela fechou 2014 com 527 mil reais de ativos circulantes, inclusive aplicações financeiras de curto prazo de 388 mil reais. Então, às vezes, a população não entende certas coisas, e a instituição, que merece todo o respeito pelo trabalho que faz, pede coisas que não dependem do Legislativo nem do Executivo, e sim compete à legalidade de como aplicar o recurso. A instituição fechou inclusive com um caixa muito bom, até com aplicação em banco. Chamou-me a atenção também a publicação de um superávit, em 2014, de 3 milhões 123 mil reais do Hospital Infantil. Meus parabéns aos gestores, que estão fazendo um bom trabalho. Ele fechou com 4 milhões 317 mil reais no ano de 2014. Então, vimos que pelo menos duas instituições de credibilidade e de extrema importância para Cachoeiro, financeiramente, fecharam muito bem o ano passado. Agora, há questões legais de aplicabilidade de recursos, e algumas verbas, a exemplo das dos royalties, são carimbadas e não podem ser utilizadas para tudo. Assim, tem-se a verba, mas não se pode fazer o que o povo acha que pode, e essas são questões que ultrapassam a alçada da Câmara e do Poder Executivo quanto a solucioná-las, já que a lei federal impede o repasse. O Município de Cachoeiro de Itapemirim, no ano anterior, repassou mais de 600 mil reais para a APAE, através do FIA, de verbas próprias, no valor de 266 mil reais, e 287 mil reais do Fundo Municipal de Assistência Social. O Município tem olhado para essas instituições, direcionando verbas, e a Câmara aprova os repasses, de maneira a que isso tem que ser destacado, inclusive foi alvo de publicação na imprensa. Muito obrigado! / Passamos ao **Horário das Lideranças.** / **Jonas Nogueira Dias Júnior (PV):** — Boa-tarde a todos! Quero agradecer aos vereadores pelos elogios ao Secretário Romário, que é do Partido Verde. O Secretário Fassarella, apesar de ter sido alvo de algumas indagações aqui, tem feito um bom trabalho na Secretaria de Saúde, assim como o Josias, no setor de transportes. Também faço referência ao Deputado Evair, que tem dado atenção para Cachoeiro de Itapemirim e para o Sul do Estado. Ainda sobre aquele recurso que farei ao plenário, digo-lhes que, na Assembleia Legislativa, o Deputado Enivaldo dos Anjos está recebendo a aposentadoria pelo Tribunal de Contas e mais o salário, e há uma discussão jurídica quanto ao entendimento, se isso é possível ou não e se o teto salarial, que é o salário do ministro, precisa ser aplicado. No Jornal A Gazeta, de 21/04, vemos que alguns juristas entendem que isso é permitido, porque ele não tem que trabalhar de graça e, se recebe uma aposentadoria e está exercendo o mandato, tem o direito de receber pelos dois; outros, entendem que não, ou seja, que ele só pode complementar até o teto. Assim, os senhores podem ver o que é o entendimento jurídico. O próprio Vereador David disse que, enquanto advogado, pode discordar do parecer dado pelo procurador. A Comissão de Constituição e Justiça do Congresso, não me lembro se do Senado ou da Câmara, aprovou, por 34 a 31, o projeto de lei, reduzindo para vinte os ministérios da Presidência da República. Disso surgiu a discussão de que um deputado não pode impor ao Poder Executivo quantos ministérios ter, e outros entendem que pode, tanto é que na própria comissão isso foi aprovado por 34 a 31. Vejam que essas questões jurídicas de parecer enfrentam entendimentos diferentes. Isso é para justificar e fundamentar a necessidade de analisar as questões à luz do direito e da visão de vários especialistas e também da nossa, enquanto legisladores. Alerto para que os senhores

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ajam dessa forma quando tiverem questões semelhantes e já aviso que apresentarei esse recurso, porque o meu projeto não traz despesas nem obrigações para o Executivo. Dessa forma, vamos reverter esse parecer que foi dado, inclusive chamo a atenção para o fato de aqui já ter sido aprovado projeto sem parecer, a exemplo do da escola sem partido, esse que está gerando polêmica e é de autoria do Vereador Amaral. Essa matéria foi aprovada com parecer contrário do procurador geral da Casa. Não podemos ficar adstritos ao parecer do procurador. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Qual procurador deu parecer ao projeto de V. Ex.^a? / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Foi o Dr. Pedro. / **Aparteando Wilson Dille dos Santos:** — Com relação ao caso do Deputado Enivaldo dos Anjos receber ou não, gostaria de saber qual é a opinião de V. Ex.^a e se existe jurisprudência. No passado, ocorreu o caso da Mariazinha Veloso, e em outros Estados aconteceu da mesma forma. Como fica essa situação? / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — O que é jurisprudência? É a decisão reiterada dos tribunais. O Tribunal de Contas do Espírito Santo, por exemplo, entende que o vereador não pode receber décimo terceiro, mas há Estados que pagam, e os deputados federais também recebem. No caso em questão, o entendimento do nosso Tribunal é contrário e no da Mariazinha Veloso Lucas, que era juíza aposentada quando exerceu o mandato, também foi lhe negado o direito de acumular os vencimentos. Há turmas dentro dos Tribunais. No Tribunal do Espírito Santo há uma turma de três desembargadores, pessoas que pensam de um jeito; outras, de outro. A mesma coisa vai acontecer no STJ. Nas turmas que se debruçam sobre o tema, normalmente haverá uma corrente majoritária. Hoje, essa questão está equilibrada, com dois entendimentos, embora, pelo que pesquisei sem me aprofundar muito no assunto, a corrente majoritária é no sentido de que o deputado não poderia receber acima do teto, não importando que seja uma aposentadoria do Tribunal de Contas e outra como deputado. Também, como já disse, outros entendem que, mesmo aposentado, ele está trabalhando e tem o direito de receber. A tendência maior é a não aceitação, e foi isso o que aconteceu também com a Mariazinha. Muito obrigado! / **Wilson Dille dos Santos, levantando questão de ordem:** — Gostaria de saber se chegou à Câmara Municipal algum convite para a comemoração do aniversário de quinze anos de inauguração do teatro municipal. Vou explicar o porquê de querer essa informação e gostaria que o Vereador Elias estivesse atento. Já fui a algumas inaugurações e senti a Câmara um pouco afastada desses convites, inclusive ocorreu uma em Itaoca. Fico preocupado com isso, porque, se a proposta é harmonizar, é preciso que a administração, se achar conveniente, convide a Câmara Municipal. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — A respeito da troca de comando da Polícia Militar, não sei se chegou um convite para a Câmara, mas para os vereadores não. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Quando o convite chega, é lido aqui. Secretário, V. Ex.^a leu? / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — No caso do comando, eu li. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Realmente, ocorre esse mal-estar, já que acontecem situações que a Câmara não fica sabendo. A culpa não é do prefeito, e sim da comunicação, que não está repassando o convite. Aconteceu isso em Itaoca, e, quando recebi um telefonema, foi em cima da hora, e outro vereador só esteve presente porque também soube da mesma forma. Os vereadores querem prestigiar, ver de perto as situações, mas o convite não chega. / **Elias de Souza:** — Vou levar isso até o conhecimento do prefeito

30

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e, na semana que vem, trarei uma posição mais clara sobre como serão feitos os convites e as comunicações ao Poder Legislativo. / **David Alberto Lóss:** — Eu recebi, via e-mail, um convite para comparecer à inauguração da estação de tratamento de água de Itaoca. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Quem enviou? / **David Alberto Lóss:** — O gabinete, através da comunicação e do cerimonial. Foi via e-mail e, por sinal, não pude ir. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço-lhe permissão para que a chefe de fiscalização do setor de meio ambiente use cinco minutos do meu tempo e faça esclarecimentos referentes à polêmica surgida quanto à movimentação de terra no Distrito de Gironda,. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. Quanto ao convite para a comemoração do aniversário do Teatro Rubem Braga, nós não recebemos nada. Agora, ouviremos a Sra. Carina Prado. / **Carina Prado:** — Cumprimento o presidente e os vereadores. Houve um debate nesta Casa, e eu agradeço a oportunidade de vir aqui mostrar o nosso trabalho no licenciamento ambiental. Sou bióloga, especialista em engenharia ambiental e mestre em clima e ambiente. Sou subsecretária de monitoramento e planejamento ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, quanto ao debate em questão, que é o licenciamento em área de preservação permanente, eu trouxe o material para os senhores avaliarem a licença emitida, no dia 15/09/2014. A atividade fim dessa licença é de pátio de estocagem de material em bruto, ou seja, pátio de blocos de mármore e granito. Dentro desse processo, há sim um pedido de movimentação de terra, que é uma atividade meio para essa atividade fim. Dentro do processo, e faz parte do licenciamento, essa licença saiu com quarenta e oito condicionantes, e a dezenove autoriza a terraplanagem numa área determinada, numa poligonal georreferenciada. Inclusive, na condicionante vinte e quatro, consta não intervir em área de preservação permanente ou outras sensíveis protegidas, próximas ao empreendimento. As atividades não deverão intervir nos cursos d'água existentes no entorno da área do empreendimento, com prazo imediato. Então, quando emitimos uma licença, há toda uma análise criteriosa e técnica, e as condicionantes são cada vez mais rigorosas por conta da questão ambiental que o país vem atravessando, principalmente da hídrica. Portanto, temos esse cuidado. O que ocorre é que é necessário uma maior fiscalização em cima dos empreendimentos. Hoje, qual será a ação imediata? É que haja uma fiscalização da área, pois as condicionantes estão aqui para serem cumpridas, e a secretaria jamais poderia se isentar de avaliar a questão ambiental do entorno e do local do empreendimento. Assim, saiu uma licença de instalação, que não torna a empresa apta a operar no local, pois, para isso, ela precisaria ter a licença de operação. A licença de instalação 141/2014 saiu com quarenta e oito condicionantes, inclusive essa de não intervir em área de preservação permanente. Agora, estou aqui pronta para os esclarecimentos. / **David Alberto Lóss:** — A empresa está irregular? Foi multada? O que aconteceu? / **Carina Prado:** — A licença foi concedida de forma legal e regular, o que precisamos fazer é a fiscalização do local para ver se o empresário cumpriu as condicionantes, o que faz parte do processo de licenciamento. / **Delandi Pereira Macedo:** — Senhor presidente, não sei qual a sistemática será observada neste momento, considerando que estamos no horário de liderança do Vereador Elias de Souza. Se for aberto o debate, gostaria de usar a palavra para direcionar a nossa colega. Posso? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pode. / **Delandi**

31

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32

Pereira Macedo: — Carina, é bom você ter vindo aqui. Na verdade, o primeiro caminho seria convidar o Secretário Paulo Sthelzer para vir à Câmara prestar esclarecimentos sobre essa denúncia que fiz. Em vez de convidar o secretário, preferi fazer um pedido de informação para ter embasamento de como foi dada essa licença e se a Secretaria de Meio Ambiente está tomando as devidas providências quanto à invasão de área de proteção permanente, o que está registrado em fotos, as quais serão encaminhadas para a pasta. Com certeza vocês já estiveram no local para verificar que a área está sendo degradada. Hoje, eu estive no local e observei que existe lá uma placa, que não é de licença de movimentação de terra, e sim de atividade de estocagem. A atividade 2204 trata de armazenagem ou depósito exclusivo de produto extrativo de origem mineral em bruto. Isso demonstra que, a princípio, a secretaria não deu licença para ser feita a movimentação de terra lá, e sim a de estocagem. Essa foi a minha denúncia, e estou aguardando resposta ao meu pedido de informação, pois vou verificar se realmente a Secretaria de Meio Ambiente deu ou não licença para fazer movimentação de terra em uma área de proteção permanente. Carina, você está dizendo que isso não ocorreu, que não existe esse tipo de licença. É isso? / **Carina Prado:** — Vou explicar como funciona o licenciamento de movimentação de terra. A estocagem, armazenamento e depósito exclusivo de produto extrativo de origem mineral em bruto é uma atividade fim e é passível de licenciamento, de acordo com o decreto municipal. A movimentação de terra é uma atividade meio que está dentro do projeto ambiental, se analisado pela nossa equipe técnica. Então, o contribuinte pode pedir a movimentação de terra dentro do PCA, Plano de Controle Ambiental, quando a atividade fim for licenciada. Quando a atividade fim não é licenciável, como, por exemplo, a montagem de um galpão para estocar chapas, o contribuinte deve licenciar a movimentação de terra; aí, sai uma licença exclusiva para isso. Esse não é o caso. / **Delandi Pereira Macedo:** — Nesse caso, foi dada a autorização para ser feita a movimentação de terra? / **Carina Prado:** — Sim, na condicionante dezenove. A equipe coloca o seguinte na licença: “Fica autorizada a terraplanagem, aterro, exclusivamente vinculada à atividade de pátio de estocagem, armazém ou depósito de produtos extrativos de origem mineral em bruto na área delimitada por um polígono de quatro vértices nas coordenadas geográficas que seguem com o volume e a área”. / **Delandi Pereira Macedo:** — Você pode me informar, dentro dessa área que foi delimitada no polígono, qual o distanciamento está sendo dado da nascente e do tabual? / **Carina Prado:** — Provavelmente, ela está distante como permite a lei do Código Florestal que define a APP. / **Delandi Pereira Macedo:** — Qual é o distanciamento? / **Carina Prado:** — Para córregos são trinta metros; para nascentes, cinquenta metros. Hoje, de acordo com o Código Florestal, uma extensão de tabual de lamina d’água abaixo de um hectare não é considerada mais área de preservação permanente. / **Delandi Pereira Macedo:** — Então, aquele tabual não é considerado área de preservação permanente? / **Carina Prado:** — Se estiver abaixo de um hectare, não. / **Delandi Pereira Macedo:** — Você tem conhecimento da área? / **Carina Prado:** — Conheço o processo e, conforme estão as condicionantes da licença, provavelmente a área tem menos de um hectare. / **Delandi Pereira Macedo:** — Existe uma nascente no local. / **Carina Prado:** — Na condicionante vinte e quatro, pedimos para não intervir nas áreas de preservação permanente que estão no entorno. A nascente está

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

33

no entorno. / **Delandi Pereira Macedo:** — O distanciamento da nascente deve ser de cinquenta metros. Esse distanciamento deve ser obedecido? / **Carina Prado:** — Sim. As condicionantes foram colocadas, e deve ser respeitado o distanciamento de cinquenta metros das áreas de preservação permanente. / **Delandi Pereira Macedo:** — Carina, vamos considerar que a licença tenha sido dada dentro do polígono. Quero esclarecimento para que eu possa entender, até porque a denúncia que chegou e o que vi na área é que o aterro está em cima da nascente. Não sei se você pode responder em nome da fiscalização, mas gostaria de saber se a secretaria tomou alguma providência, porque, certamente, as condicionantes não foram obedecidas. Digo isso, porque o aterro está ao lado da nascente, não sendo observados nem dois metros de distância. As fotos estão aqui para quem quiser ver. Que providência a secretaria tomou em relação ao desrespeito a esse distanciamento? / **Carina Prado:** — Essa licença foi emitida em setembro, e existem algumas condicionantes para serem analisadas. Qual o procedimento da secretaria? A secretaria tem vários empreendimentos, e o nosso corpo de fiscalização é composto por quinze fiscais, que têm uma agenda periódica, a não ser que seja uma demanda de denúncia. Até o momento, não chegou nenhuma denúncia para a secretaria em relação a esse empreendimento. / **Delandi Pereira Macedo:** — Então, não foi tomada nenhuma providência? / **Carina Prado:** — Até o momento não. Houve a vistoria para o licenciamento. Temos uma agenda periódica para a fiscalização das condicionantes, mas ainda não chegou o momento da inspeção dessa licença. Quando é feita uma denúncia, imediatamente vamos ao local verificar e saber se ela é pertinente ou não. Então, vereador, isso é muito bem-vindo. / **Delandi Pereira Macedo:** — A partir dessa denúncia, vocês irão até o local e tomarão providências? Está faltando cerca de meio metro para o aterro cobrir a nascente. Com certeza, a secretaria vai tomar providências. Não quero discutir se a licença foi concedida de forma legal, pois imagino que sim. / **Carina Prado:** — Com certeza foi. / **Delandi Pereira Macedo:** — Acredito no corpo técnico da Secretaria de Meio Ambiente, que, durante o período em que trabalhei naquela pasta, foi muito eficiente. Eu sempre elogiei o trabalho dos fiscais e da equipe técnica. Como secretário, eles nunca me colocaram em situação divergente com o que a legislação permitia. Acredito que a licença foi dada de forma legal; no entanto, a empresa não está obedecendo as condicionantes; aí, o Município deve tomar as suas providências. / **Carina Prado:** — Dentro da legislação ambiental do Município, há penalidades e, se for confirmado esse dano ambiental, o proprietário será autuado, lembrando que é uma área de preservação ambiental. Tenho certeza de que o secretário de Meio Ambiente não demorará a tomar as providências cabíveis nesse caso. / **Delandi Pereira Macedo:** — Muito obrigado! / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Gostaria de fazer um pergunta para aprender. O vereador afirma que o aterro chegou próximo à nascente. Se isso for confirmado, o que será feito? / **Carina Prado:** — A pessoa será autuada devido a uma infração ambiental em área permanente. Essa pessoa cometeu um crime, já que a área é protegida por lei. Então, além do auto de infração, ela terá que recuperar a área, ou seja, apresentar um Plano de Recuperação Ambiental para rever o dano causado. / **Lucas Moulais:** — Eu moro naquela região e digo que o proprietário não poderia utilizar o local para um depósito de bloco de mármore e granito sem que fosse feito um aterro. Não dá para depositar blocos no brejo; então, o aterro era necessário. Não sei de quem foi o erro, mas foi

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um crime bárbaro. Não estou crucificando a secretaria. O proprietário pode ter obtido uma licença para uma coisa e acabou fazendo outra. Acho estranho é que o local foi liberado para um depósito de minério, mas nem para esse tipo de coisa seria possível utilizá-lo sem a realização de um aterro. Não sei onde está o erro. Estou sofrendo com as consequências desse problema e, como político, acabo até perdendo voto. Em Soturno, a natureza está sendo agredida, mas, agora, eu vou defendê-la e denunciar as agressões. Quero ganhar a eleição dentro da moral. Inclusive expliquei um caso a você e ao secretário a respeito daquele cara que fez a defesa, mas a multa dele já estava no setor da Fazenda. Eu pedi a você e ao secretário que fossem olhar aquela situação. Quem dera que o problema de Gironda fosse aquilo lá, que, para mim, está dentro do normal. Não estou crucificando ninguém e sei que vocês são responsáveis. Houve uma falha, mas não sei de quem foi. Conheço o Paulo, a Carina e o outro rapaz desde quando estávamos tentando resolver uma situação em São Vicente. Se não tivéssemos partido para cima, São Vicente teria que ser mudado de lugar. Naquele distrito, foi preciso agredir alguma coisa, mas a própria legislação entendeu. Sou muito cobrado e, se virar as costas para o povo, ficará difícil. Convidei o secretário e você para irem até a Casa de Show Coração Sertanejo, pois, talvez, evitaríamos o problema da multa. Se aquilo que está ocorrendo em Gironda não for uma agressão ao meio ambiente, não sei o que é. / **Carina Prado:** — A licença é dada de acordo com o nosso decreto para atividades que são potencialmente poluidoras. Nós dispensamos a movimentação de terra para fins residenciais, até duzentos mil metros cúbicos em área urbana; em área rural, em alguns casos, não é preciso licenciar. Quando é uma atividade que precisa de licenciamento ambiental, como é o caso de depósito de blocos, a movimentação de terra entra como uma atividade meio. O vereador explicou bem, pois como o proprietário faria um depósito de blocos sem movimentar a terra? Hoje, para facilitar o trâmite do licenciamento, o proprietário não precisa, nesse caso, pedir uma licença para movimentação de terra e uma para depósito de blocos. Quando a atividade é licenciada, a atividade meio, que, nesse caso, é a movimentação de terra, é requerida dentro do processo no Plano de Controle Ambiental. O proprietário deve dizer: “Secretaria de Meio Ambiente, preciso da licença para a atividade de depósito de blocos, mas também necessito movimentar terra na área; portanto, peço autorização para isso, com vistas a construir o meu galpão para o depósito de blocos”. Nesses casos, trabalhamos a movimentação de terra dentro do Plano de Controle Ambiental. Na condicionante da licença diz o seguinte: “Autorizo a atividade de movimentação de terra dentro da área tal, no polígono de quatro vértices, georreferenciada”. Então, olhamos no entorno e vimos que não havia óbice ambiental. Se no entorno, como o Vereador Delandi constatou, houve uma interferência, porque era uma área de preservação ambiental, cabe à secretaria tomar as providências dentro das atribuições de penalidades existentes. Será feita a autuação e deverá ocorrer o reparo ambiental. Hoje, dentro da nossa legislação, quando uma atividade é licenciada, não precisam ser concedidas várias licenças que são meio; agora, se a pessoa fizer uma movimentação de terra para uma atividade que não é licenciada, de acordo com o nosso decreto, aí sim deve ser solicitada a licença ambiental para a movimentação de terra. / **Paulo Sthelzer:** — Boa-noite a todos! Quero me desculpar por não ter chegado aqui mais cedo para responder aos questionamentos, o que foi feito brilhantemente pela minha

34

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

subsecretária. Eu estava em um evento regional dos catadores de material reciclável, representando o prefeito, que não está em Cachoeiro. Acredito que tenham sido sanadas todas as dúvidas. A licença que foi emitida é válida. Vereador Delandi, amanhã, enviarei uma equipe até o local para saber se o empreendedor invadiu uma área que não estava nas condicionantes. Tudo indica que a denúncia do vereador procede, então, vamos autuar. A licença não foi emitida indevidamente. / **Delandi Pereira Macedo:** — Secretário Paulo Sthelzer, como eu disse à Carina, o que quero da secretaria é a informação de qual foi o procedimento para ser emitida essa licença e se ela é ou não também para a movimentação de terra. A Carina respondeu, mas quero a resposta por escrito, incluindo também qual o procedimento que a Secretaria de Meio Ambiente adotou a partir do momento em que a empresa ultrapassou os limites estabelecidos dentro da licença. Solicitei essas informações para que possamos tomar as providências necessárias. Creio que a Secretaria de Meio Ambiente já tenha tomado todas as providências e precauções. Como já disse, acredito e sempre acreditei na equipe técnica daquela secretaria. Se a empresa ultrapassou os limites permitidos, ela deve ser punida. Uma nascente não pode ser aterrada, o que está comprovado em foto, além de eu ter ido ao local. A população de Gironda está muito revoltada, porque o cidadão tem grande dificuldade para fazer qualquer intervenção em área de proteção ambiental permanente, mas, na visão do povo, uma empresa cheia de grana pode fazer o que bem entende e nada acontece com ela. Essa é a impressão que a população tem, e eu não poderia deixar de tomar providências como vereador, fazendo um pedido de informação à Secretaria de Meio Ambiente para saber os procedimentos, se foi ou não legal e quem é culpado. Certamente, a secretaria não é culpada, porque tomou as precauções necessárias. O que será feito agora com a empresa que ultrapassou os limites estabelecidos? / **Paulo Sthelzer:** — Todas as informações solicitadas serão respondidas e entregues aqui. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Secretário Paulo, como fiz com a Carina, gostaria de saber em que o senhor é formado. / **Paulo Sthelzer:** — Sou gestor. Sou formado em gestão e pós-graduado em perícia ambiental, em auditoria ambiental e em gestão ambiental. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Era isso o que eu gostaria de saber. Muito obrigado! / Passamos à **Ordem do Dia.** / **Rodrigo Pereira Costa, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que seja incluído na pauta do dia o Projeto de Resolução 10/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Presidente, solicito que também seja incluído na pauta do dia o projeto que cria o cargo de cuidador, que já está com todos os pareceres. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. / Passamos à **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 56/2015 – Leonardo Pacheco Pontes (Dispõe sobre o Dia da Mobilização Contra a Leucemia); 62/2015 – José Carlos Amaral (Institui a Semana do Nutricionista no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Luis Guimarães de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço vista ao projeto do cemitério, porque não conheço a matéria e quero analisá-la melhor. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Presidente, peço que as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Pedido acatado. / Em seguida, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, as

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

36

seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação: 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 512, 513, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538 e 539/2015 – Delandi Pereira Macedo; 500/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 508, 509, 510 e 511/2015 – Brás Zagotto; **501/2015 – José Carlos Amaral** (Requer que o Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias lhe informe o seguinte: Por que foi retirada a ponte da Rua José Calegário, no Bairro Aeroporto? Por que, após dois anos, estão fazendo galerias? De quem será a responsabilidade nos períodos de enchentes? Qual é o engenheiro responsável pela obra?); **502/2015 – José Carlos Amaral** (Requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias as seguintes informações: Por que as obras da praça do Bairro Rui Pinto Bandeira estão paralisadas? O projeto está errado ou o empreiteiro quer abandonar a obra por falta de pagamento? Qual é o engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra?); **503/2015 – José Carlos Amaral** (Requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias a seguinte informação: Por que a drenagem do Bairro Rui Pinto Bandeira, do Orçamento Participativo, ainda não começou?); **1457/2015 – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – Alzerina Maria Leal – Direção Colegiada** (Solicita a realização de audiência pública sobre violência nas escolas); **Regime de Urgência** para apreciação dos seguintes Projetos de Lei, de iniciativa do Poder Executivo: 79, 80 e 81/2015; **Projetos: de Lei: 53/2015 – Poder Executivo** (Cria o cargo de cuidador, e dá outras providências) * Com Emenda Modificativa ao artigo 1º, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação; **de Resolução:** 10/2015 – Rodrigo Pereira Costa (Dispõe sobre a criação de frente parlamentar pela reforma política com participação popular, e dá outras providências); **de Decreto Legislativo: concedendo Comenda Roberto Carlos Braga:** 44/2015 – Delandi Pereira Macedo; 51/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 53/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 57/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 61/2015 – Brás Zagotto; 64/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 67/2015 – Carlos Renato Lino; **concedendo Comenda Ignez Massad Cola:** 45/2015 – Delandi Pereira Macedo; 49/2015 – Osmar da Silva; 54/2015 – José Carlos Amaral; 58/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 59/2015 – Fabrício Ferreira Soares; 63/2015 – Mesa Diretora; 66/2015 – Carlos Renato Lino; 68/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; **concedendo Comenda Augusto Paulino Nogueira:** 46/2015 – Delandi Pereira Macedo; 50/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 52/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 56/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 60/2015 – Brás Zagotto; 65/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; **concedendo Comenda Pastor José Cláudio Cruz:** 48/2015 – Delandi Pereira Macedo; 62/2015 – Mesa Diretora; **concedendo Homenagem Especial:** 55/2015 – Mesa Diretora; **concedendo Comenda Sigmund Freud:** 69/2015 – José Carlos Amaral. / **Segue justificativa de voto. / Rodrigo Pereira Costa:** — O Projeto de Resolução 10/2015, de minha autoria, fala da frente parlamentar que vai tratar sobre a reforma política no Brasil. Dentro do projeto há um termo de adesão, e os vereadores que quiserem contribuir podem assinar para que, na semana que vem, comecemos a trabalhar nessa frente. Este é um momento importante para debatermos a questão da reforma política, que é um tema atual e está sendo discutido em todo o país. No Espírito Santo, temos um deputado federal que faz parte da comissão que está debatendo o assunto. No próximo ano,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

teremos eleições, e vejo a importância desta Casa de Leis estar inserida nesse debate. Podemos enviar proposta para Brasília a fim de contribuir e mostrar que esta Casa está interessada e tem propostas que podem somar para a reforma política brasileira. Que Deus nos abençoe! / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas e Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos após redigi-la. _____

37

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”